

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 36 No. 2 Maio - Agosto 2023

ARTIGOS

## A PAISAGEM HISTÓRICA DA CAPITAL PARAENSE E SUAS INTERRELAÇÕES COM AS PESSOAS: E A ARQUEOLOGIA COM ISSO?\*

Ney Gomes\*

### RESUMO

Este artigo discute intervenções arqueológicas compulsórias em contexto urbano, e analisa a paisagem histórica da capital do Estado do Pará. Buscou-se integrar os dois temas: pesquisa arqueológica compulsória e a análise da paisagem no Centro Histórico de Belém. O enfoque da análise será a progressiva intervenção na paisagem urbana de Belém e o modo como tal intervenção altera sobremaneira a experiência e circulação da população nos espaços. Além da discussão sobre a arqueologia no Centro Histórico, analiso a construção social de sua paisagem, sua historicidade e a relação desta com o que chamamos patrimônio cultural. O artigo aponta que intervenções foram feitas à revelia da participação popular, e, muitas vezes, reprodutora de relações de poder assimétricas.

**Palavras-chave:** arqueologia compulsória; arqueologia urbana; paisagem; Belém do Pará.

\* Este artigo faz parte de minha pesquisa de doutorado, que só foi possível graças à bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da qual desfrutei de 2017 a 2021 e do financiamento do Sesc Pará para as escavações e análises do material arqueológico.

\*\* Doutorando em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (PPGA-UFPA). E-mail: [ney.gomes@gmail.com](mailto:ney.gomes@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3145-9415>.

## THE HISTORICAL LANDSCAPE OF THE CAPITAL OF PARÁ AND ITS INTERRELATIONSHIPS WITH PEOPLE: WHAT DOES ARCHAEOLOGY HAVE TO DO WITH IT?

### ABSTRACT

This article discusses compulsory archaeological interventions in an urban context and analyses the historical landscape of the capital of the State of Pará. The aim was to integrate the two themes: compulsory archaeological research and landscape analysis in the Historic Center of Belém. The focus of the analysis will be the progressive intervention in the urban landscape of Belém and how such intervention significantly alters the experience and circulation of the population in these spaces. In addition to discussing archaeology in the Historic Center, I analyze the social construction of its landscape, its historicity, and its relationship with what we call cultural heritage. The article indicates that interventions were made without popular participation and often reproduced asymmetrical power relations.

**Keywords:** compulsory archaeology; urban archaeology; landscape; Belém of the state of Pará.

## EL PAISAJE HISTÓRICO DE LA CAPITAL PARAENSE Y SUS INTERRELACIONES CON LAS PERSONAS: ¿QUÉ TIENE QUE VER LA ARQUEOLOGÍA CON ESTO?

### RESUMEN

Este artículo discute intervenciones arqueológicas compulsorias en contexto urbano y analiza el paisaje histórico de la capital del Estado de Pará (Brasil). Se buscó integrar los dos temas investigación arqueológica compulsoria y el análisis del paisaje en el Centro Histórico de Belém. El enfoque del análisis se centrará en la progresiva intervención en el paisaje urbano de Belém y en el modo en que tal intervención produce cambios en la experiencia y circulación de la población por los espacios. Además de la discusión sobre la arqueología en el Centro Histórico, se analiza la construcción social de su paisaje, su historicidad y su relación con lo que llamamos patrimonio cultural. Este artículo señala que las intervenciones se realizaron a espaldas de la participación popular y, muchas veces, reproducen relaciones de poder asimétricas.

**Palabras clave:** arqueología compulsoria; arqueología urbana; paisaje; Belém do Pará.

## RUMO AO CENTRO HISTÓRICO – OU À GUIA DE INTRODUÇÃO

Em Belém é mais um ordinário dia quente e úmido de um julho qualquer, estou andando pelas ruas da cidade desde as nove da manhã, ao meu lado, com mil perguntas e toneladas de entusiasmo, minha amiga Rafa, que me visita e quer conhecer “toda a Belém e sua cultura”. Eu, disposto a mostrar os orgulhos da cidade das mangueiras, início nosso *tour* dentro de um Pedreira-Lomas em direção à Estação das Docas, para, dentro do meu roteiro “bem pensado”, mostrar-lhe o rio, mas amenizar o impacto do Ver-o-Peso e o caos do centro histórico — do comércio, como o chamamos. Sim, amenizar era a palavra mais eufêmica que me vinha à cabeça quando eu pensava em levar pessoas ao Centro Histórico de Belém e à famosa feira paraense. Aqui, cabem duas ou três confissões: 1. eu jamais havia comido no Ver-o-Peso antes da visita da Rafa; 2. eu em geral não gosto de andar pelo comércio; 3. e nunca, paraense sendo, vi um pôr-do-sol, ou nascer da chuva, tomando uma gelada no “veropa”, programa típico de muitos belemenses (GOMES, 2018a, trecho adaptado da nota de pesquisa publicada neste ano, por ocasião do “Seminário Discente: Caminhos das Arqueologias”, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA).

A presença da Rafa na cidade será o ponto de partida para o caminho que percorrerei ao longo deste artigo: por meio da escrita, como fazem os romancistas, almejo transportar a leitora e o leitor para o ambiente do Centro Histórico de Belém, em uma espécie de caminhada semelhante à que fiz com a Rafa. Há, no entanto, um ponto a ser considerado: não me situo, neste trabalho, apenas como observador vagante. Minha relação com o patrimônio é interventiva, mediada por minha posição como (também) antropólogo/arqueólogo-pesquisador. Por esse motivo, em diálogo com o escopo mais propriamente descritivo, usarei a bibliografia e a crítica arqueológica para elucidar as progressivas transformações na paisagem do Centro Histórico de Belém, na contemporaneidade e em seu desdobramento historiográfico. Estabelecerei nexos quanto ao lugar que pode ocupar a arqueologia mediante estas intervenções, bem como o quanto elas têm, historicamente, reproduzido e reificado a autoridade estatal e os projetos de cidade de grupos privilegiados do ponto de vista econômico na cidade. Por meio desse caminhar em palavras, desejo contribuir para a produção de formas mais autônomas de se pensar a paisagem, mais horizontais quanto às expectativas das pessoas que nela fruem, e menos autoritárias e hegemônicas.

A visita da Rafaella, anedótica que possa parecer, serve muito às discussões que farei adiante, e em particular é importante sua presença, pois traz à tona duas perspectivas simultâneas: a dela, como turista e uma amiga visitando, sobre conhecer Belém e como esse conhecimento está ligado à possibilidade de explorar os lugares e as paisagens onde eu iria realizar minhas pesquisas; e a minha própria, como nativo de Belém, mas sem uma relação íntima com grande parte daqueles locais. Acredito que este duplo efeito pode permitir à leitora e ao leitor entrever as ambivalências e multiplicidades de formas como as pessoas podem se relacionar com paisagens e patrimônios (ARROYO-KALIN, 2016; TILLEY; CAMERON-DAUM, 2017).

Em se tratando do Centro Histórico de Belém, é algo que tem tomado minha atenção enquanto pesquisador — e que penso ser passível de debate para os limites deste artigo. Um de meus interesses é que seja possível, por meio da descrição e análise

da paisagem, com utilização de algumas cartografias e iconografias (SAN-ANTONIO-GÓMEZ; VELILLA; MANZANO-AGUGLIARO, 2014), além de percepções etnográficas, imaginar ruas, espaços, cheiros, cores, pessoas. Ainda que com as limitações de meu olhar antropológico, penso que posso sugerir uma fresta de observação do patrimônio cultural e as contradições e hierarquias que o cercam.

Rafaella me visitou meses depois de eu começar minha pesquisa doutoral e alguns antes de eu escavar o sítio Sesc Ver-o-Peso, que veio a se tornar o ponto propulsor de minhas reflexões para este artigo e a pesquisa como um todo. À esta altura meu intuito inicial era fazer uma leitura da paisagem do Ver-o-Peso, aliada a uma etnografia visual, com as pessoas que o frequentam ou que lá trabalham. Contudo, surgiu a oportunidade de escrever um projeto para escavar um casarão, muito próximo à famosa feira paraense, que sofreria obras de readequação e restauro para abrir um anexo de uma unidade do Sesc<sup>1</sup>. Quando deste passeio com a Rafa, eu me encontrava escrevendo o projeto de pesquisa da escavação, a ser submetido ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e havia escrito um projeto de doutorado sobre a área, mas fazia anos que não visitava aquela parte da cidade — todas as minhas observações eram fruto de leituras e lembranças, a despeito de eu ser de Belém e ter voltado a morar na cidade há pouco.

Levar minha amiga para passear, atividade que faço sempre com prazer quando recebo visitas, era, contudo, diferente. Ela havia pesquisado a cidade antes, não queria pegar Uber ou táxi, não estava com medo do calor ou interessada em achar lugares assépticos. Com a Rafa, de forma quase ingênua — alienada, por que não? — fui redescobrir minha cidade.

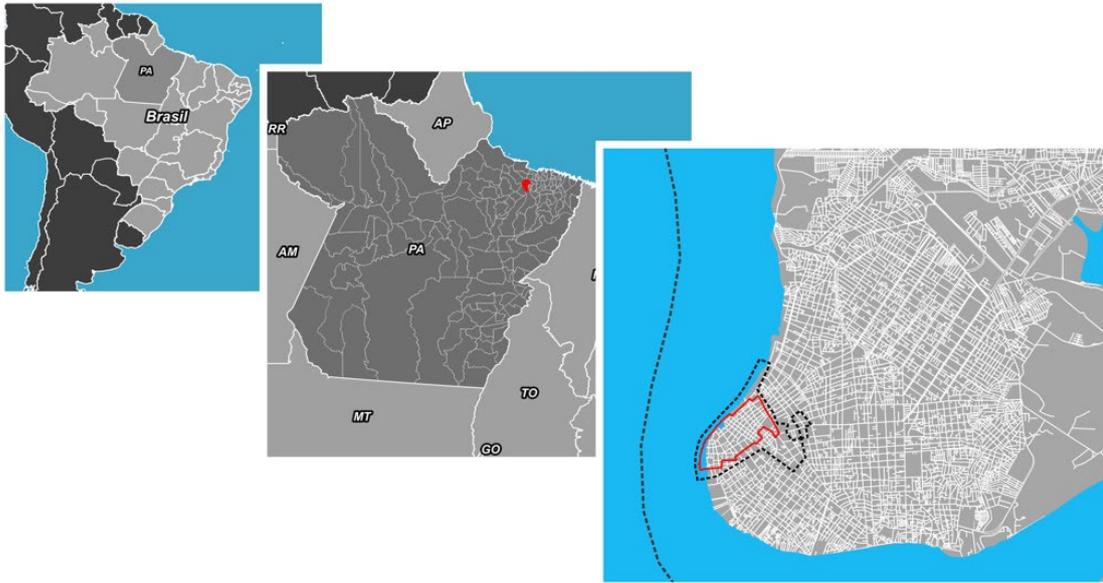
Ao destacar este “primeiro encontro” com meu objeto de pesquisa a partir da visita da Rafa, tento recriar na imaginação de quem me lê os contextos que me forneceram espaços mínimos para o registro de processos e estratégias interpretativas. A narração de minha visita ao centro histórico com a Rafa também serve para lembrar que, embora o texto principal seja escrito por um pesquisador antropólogo-arqueólogo, ele se baseia em diversas experiências que, por vezes, se afastam dos cânones acadêmicos e está ancorado no trabalho de muitas outras pessoas que fruem a paisagem da qual trato (BENDER *et al.*, 2007).

Neste artigo também tratarei das demandas de trabalho arqueológico na área urbana de Belém, especificamente o centro histórico tombado e seu entorno (Figura 1), e destacarei o Projeto de Arqueologia e Educação Patrimonial executadas no sítio Sesc Ver-o-Peso (GOMES, 2018b, 2020; GOMES; COSTA; GOMES *et al.*, 2022; SÓSTENES, 2019). Apresentarei alguns outros trabalhos arqueológicos, todos ligados ao compulsório — trato por compulsórios os trabalhos ligados ao licenciamento de obras ou que tenham sido objetos de alguma imposição legal, e por acadêmicas as pesquisas orientadas dentro de programas de pós-graduação com área de concentração em arqueologia que tenham por objeto o centro histórico da capital paraense — para em seguida problematizar a forma como esta compulsoriedade impacta, seja na qualidade dos trabalhos de arqueologia, seja na percepção das pessoas sobre o patrimônio cultural arqueológico da cidade e sua paisagem histórica.

---

<sup>1</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) via irregularidades no andamento das obras sem acompanhamento arqueológico, tendo em vista que o empreendimento se encontra em área tombada em esfera federal.

**Figura 1.** Localização do Centro Histórico Tombado de Belém (destacado em vermelho) e seu entorno (no tracejado em preto).



Fonte: Mapa elaborado por Rafael Silva com base nos dados do IPHAN e do IBGE.

Por esta ocasião evitarei o uso dos termos arqueologia de contrato, arqueologia preventiva ou resgate arqueológico, em oposição às pesquisas acadêmicas, seja por entender que esta distinção está ultrapassada, seja porque não penso que ela traga luzes ao argumento que defenderei aqui (CALDARELLI, 2009, 2015; CALDARELLI; NEVES; COSTA, 1988; GNECCO, 2018). Preferirei analisar as questões que norteiam o trabalho arqueológico nos projetos executados no Centro Histórico de Belém e seu arrabalde, no que tange ao cumprimento da legislação, à necessidade de preservação do patrimônio arqueológico para as pessoas, passando pela divulgação das pesquisas e pelas ações de Educação Patrimonial ou Arqueologia Pública. Nesse sentido, para os fins de minha pesquisa, me interessam mais os usos e disputas políticas que articulam o fazer arqueológico, na medida em que envolvem múltiplos agentes sociais, com interesses, muitas vezes, conflitantes: interesses estatais, legislações em curso, processos burocráticos, concepções multifacetadas sobre o que significaria “patrimônio” e, acima de tudo, quem são as pessoas autorizadas, em relações de poder assimétricas, a estabelecer laços sociais com ele (CASTANEDA, 2006; GNECCO, 2008, 2013, 2015, 2019; HERNANDO, 2006; 2015; KELLY *et al.*, 2019; SMITH, 2004, 2006, 2011; SMITH; SHACKEL; CAMPBELL, 2011; SMITH; WATERTON; WATSON, 2012).

Na seção seguinte tratarei da paisagem do Centro Histórico de Belém, sua historicidade e construção social, especificamente a área onde está inserido o Sítio Sesc Ver-o-Peso. Quero entender a maneira como a história daquela paisagem, a partir de uma visão arqueológico/antropológica, está sendo “escrita” e é apresentada às pessoas. Partindo de uma perspectiva pós-processual, acredito que a narrativa e a representação do passado não são simplesmente meios neutros para transmitir informações, mas são atos criativos que ativamente produzem e fortalecem a percepção do passado, em vez de apenas transmiti-lo entre escritores e leitores (BENDER *et al.*, 2007; HODDER, 1986; 1995; LEONE *et al.*, 1987).

Nesse sentido, algumas das minhas palavras-chave serão paisagem, patrimônio e arqueologia, explorando suas inter-relações e distinções. Embora estes temas já tenham

sido abordados antes, eles têm ganhado cada vez mais importância e produções recentes, especialmente na prática arqueológica contemporânea, no contexto das discussões sobre preservação e uso dos sítios históricos em várias cidades na Amazônia, também pela possibilidade de aproximar o fazer arqueológico das pessoas (LEONE *et al.*, 2008), evitando as tensões entre pesquisadores e instituições — no meu caso o IPHAN — que têm por objetivo a salvaguarda do patrimônio arqueológico, e justamente as pessoas que já mantêm relações de fruição com esses bens (BEZERRA, 2012, 2013, 2015; CABRAL; GOMES; LOPES, 2012a, 2012b; GOMES, 2013; LOPES; GOMES, 2012; RIBEIRO, 1990; SALDANHA, 2009).

Analisarei a paisagem do Centro Histórico de Belém, mostrando como essa paisagem, destarte como quase todas as paisagens, impacta de formas diferentes, diferentes pessoas: seja um morador local que revisita lugares, sejam os que lá trabalham, seja uma turista. Argumentarei ainda, no tocante à arqueologia feita na área, que não há necessidade de distinguir entre pesquisas arqueológicas compulsórias e acadêmicas, mas a forma como projetos de restauração e as três esferas de governo têm conduzido essas pesquisas não só impede as pessoas de acessarem o patrimônio cultural arqueológico, mas também cria obstáculos para sua difusão como conhecimento e necessidade de preservação.

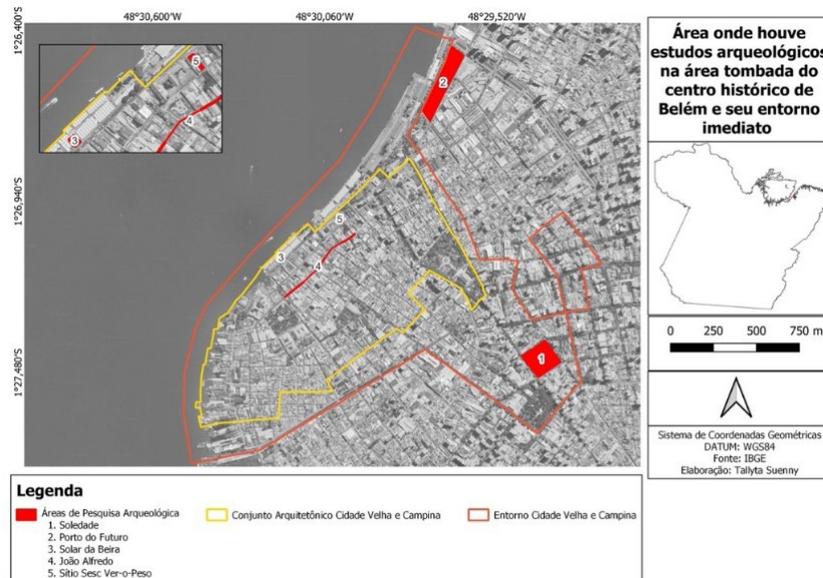
#### TRABALHOS COMPULSÓRIOS NO CENTRO HISTÓRICO – OU SOBRE COMO MANTER O PATRIMÔNIO AFASTADO DAS PESSOAS QUE TÊM O DIREITO DE FRUÍ-LO

O Projeto de Arqueologia e Educação Patrimonial que oportunizou a escavação no Sítio Sesc Ver-o-Peso buscou produzir nexos de relação com as pessoas em volta das obras — mas principalmente com as que as executavam — com pesquisas anteriores sobre o Centro Histórico de Belém e a bibliografia especializada sobre o tema. Foi um percurso de trabalho que durou dois meses e contou com a colaboração de um grupo de trabalhadores, em sua maioria operários da construção civil contratados para executar a obra de requalificação e reforma do espaço. Este projeto viria a originar o *corpus* de minha pesquisa. Da escavação resultou uma grande coleção de objetos, bem como a produção de uma série de relatórios para órgãos especializados. Parte desta empreitada se encontra descrita em profundidade em artigo no prelo. Do ponto de vista legal e formal, o projeto de arqueologia no Sesc Ver-o-Peso alcançou seus objetivos, descritos no documento inicial que ensejou o projeto (GOMES, 2018b; GOMES; COSTA; SÓSTENES, 2019; GOMES *et al.*, 2022). Praticamente a extensão do casarão foi escavada, unidades amostrais foram abertas, e seguindo a metodologia apontada no referido projeto, os objetos escavados foram coletados (GOMES; COSTA; SÓSTENES, 2019), passaram por acurada triagem e posterior curadoria, catalogação e análises de todos os vestígios, seguindo as recomendações da literatura especializada (GOMES *et al.*, 2022).

Foi possível, a partir da análise dos vestígios recuperados durante as escavações, perceber uma correlação muito estreita com a cultura material que vem sendo escavada em outras pesquisas na área abarcada pelo tombamento federal do Centro Histórico de Belém (Figura 2). Essa cultura material insere em Belém e outras cidades às margens de rios na Amazônia, no contexto das transações mercantis típicas da expansão capitalista e diversas formas de relação que se desenvolveram na região nos séculos XVIII, XIX e XX (COSTA, 2017a, 2022; GOMES, 2013; SYMANSKI; GOMES, 2012; MUNIZ; GOMES, 2017). O material também serviu como testemunha dos usos que o edifício teve ao longo dos anos e contribui para a biografia do prédio, sobre a qual tratarei em outra oportunidade. Tal qual descreveu Seabra (2020c) e equipe, no relatório de escavação sob sua responsabilidade no Solar da Beira, em área muito próxima ao casarão do Sesc:

o material recuperado data, principalmente, do século XIX e início do século XX, representando o período da Belle Époque belenense, época que a cidade importou muitos produtos da Europa, desde latas de comidas até o Mercado de Ferro, além disso, foi nesta época que Belém recebeu várias obras de revitalização. *Como exemplo, podemos citar a construção da Av. Boulevard Castilhos França, que tem em sua paisagem registro dessa época* (SEABRA, 2020c, p. 118, grifos nossos)

**Figura 2.** Belém, centro histórico tombado e o entorno, e as áreas onde houve trabalhos arqueológicos nos últimos 20 anos.



Acredito piamente que a Arqueologia e as pesquisas levadas a cabo por esta ciência servem para contar histórias (SCHAAN, 2009; GOMES, 2023). As pesquisas arqueológicas em centros urbanos como Belém podem ser usadas para contar muitas histórias, podendo até suprir lacunas deixadas pela historiografia. Contudo, os trabalhos precisam ser conduzidos com critérios, com tempo, obedecendo metodologias rigorosas e conduzidas por profissionais bem capacitados.

O que se observa nesta área, no entanto, é que os trabalhos arqueológicos que implicam escavações quase sempre estão ligados a emergências, na ordem do compulsório. Em geral são obras de requalificação, pequenas ou grandes, conduzidas pelo poder público, mas que não incluíram as pesquisas arqueológicas dentro dos projetos executivos, ou, se o fizeram, pouco se sabe, seja quanto ao destino do material escavado, seja no que tange às inferências que porventura tiveram as arqueólogas e arqueólogos que coordenam ou coordenaram estes trabalhos (GOMES, 2018b; LOPES; FONSECA JÚNIOR; MENDES, 2021, 2022a; SEABRA, 2020a, 2020b, 2020c, SILVA, 2018, 2019).

Nos primeiros anos do século XXI, Belém viu o nascimento de duas grandes obras de requalificação/restauro em seu centro histórico: o Feliz Lusitânia, na Cidade Velha e a Estação das Docas, na área portuária da Campina (MARQUES, 1999a, 1999b, 2003, 2005, 2006, 2010). Ambos os projetos foram acompanhados por pesquisas arqueológicas, talvez as mais extensas já feitas em um centro histórico amazônico. Nos dois casos as pesquisas geraram enormes acervos de cultura material, dos quais uma parte ínfima se encontra em exposição tímida. Os estudos foram pouco ou quase nada divulgados —

no caso da Estação das Docas, para além dos relatórios encaminhados ao IPHAN (MARQUES, 1999a, 1999b), não encontrei publicação acadêmica sobre as pesquisas na área. São poucos os belenenses que conseguem associar estes cartões postais da capital com o patrimônio arqueológico da cidade.

Marques foi o arqueólogo que coordenou praticamente todos estes trabalhos de arqueologia, tais como a escavação do pátio interno do casarão onde se encontra o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e o interior da Casa Rosada (estes dois não foram assinalados no mapa acima porque não encontramos os relatórios dos trabalhos, mas sabemos de sua realização), como toda a área do Feliz Lusitânia e a Estação das Docas. Infelizmente o arqueólogo não publicou suas pesquisas para além de relatórios técnicos entregues ao IPHAN e um volume publicado pela Secretária de Cultura do Estado do Pará (Secult-PA) (MARQUES, 2003, 2005, 2006, 2010). Marques também fez parte de uma das primeiras, senão a primeira, equipe que conduziu uma escavação no Centro Histórico de Belém, a escavação no largo do Carmo (GUAPINDAIA; MARQUES; MAGALHÃES, 1996; KERN, 1996).

Os dados das escavações coordenadas por Marques, seja no complexo Feliz Lusitânia, seja na Estação das Docas ou em outros logradouros do centro histórico da capital paraense, são escassos, mas a inferência é óbvia: não parece ter havido preocupação ou problematização do envolvimento das pessoas, das cidadãs ou cidadãos que passaram por aquelas áreas antes e durante os trabalhos. A arqueologia se manteve escondida, talvez por imposições dos cronogramas apertados e da lei, ou pela idiosincrasia comum aos projetos arqueológicos de não levar em conta o público (HERNANDO, 2006, 2015).

O fato é que, mesmo passadas quase duas décadas destes trabalhos, as pesquisas arqueológicas continuam a serem realizadas de forma compulsória, com pouco envolvimento público. Recentemente o Cemitério da Soledade começou a ser objeto de um amplo e multidisciplinar trabalho de requalificação, conduzido pela Secult-PA em parceria com a Prefeitura de Belém, que de largada foi embargado pelo IPHAN por falta de projeto arqueológico (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2021; IPHAN 2021a, 2021b)<sup>2</sup>. Em 11 de janeiro de 2023, véspera do aniversário de 407 anos de Belém, o Parque Cemitério da Soledade foi inaugurado, mas ainda uma vez a pesquisa arqueológica que foi feita e está sendo levada a cabo (LOPES; FONSECA JÚNIOR; MENDES, 2021, 2022c, 2022d), a julgar pelos relatórios disponíveis, praticamente não envolveu a comunidade, se limitando aos trabalhadores diretos na obra, alguns funcionários públicos ligados à própria Secult-PA e os estudantes do curso de restauro da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Não foi possível perceber, em nenhum dos documentos advindos desta pesquisa, mesmo no relatório de educação patrimonial (LOPES; FONSECA JÚNIOR; MENDES, 2022b), qualquer preocupação em abrir os trabalhos para um público maior ou mesmo ações que buscassem extrapolar os conhecimentos que estavam sendo produzidos a partir dos estudos arqueológicos na área. Há que se dizer ainda que esta obra recebeu enorme atenção da imprensa local, com muitos artigos e reportagens, e sua inauguração foi muito propagandeada, seja pela municipalidade, seja pelo governo estadual. Em tudo isso se deu enorme peso aos trabalhos de restauro dos túmulos e mausoléus, e praticamente nenhuma informação sobre a pesquisa arqueológica desenvolvida na área.

---

<sup>2</sup> As notícias sobre o embargo desapareceram dos portais de notícia, ficando estas, mas o processo continua registrado no IPHAN.

Bem na área de tombamentos do entorno do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, onde hoje se encontra o Parque Porto Futuro, foi feito acompanhamento arqueológico. No *site* do IPHAN é possível encontrar mais de dez volumes de relatórios de monitoramento arqueológico, mas para além dos trabalhadores da obra, nenhum outro público foi envolvido na pesquisa, e a cultura material proveniente das escavações não tem indicação de onde está custodiada (SILVA, 2018, 2019).

Sempre no centro histórico da capital paraense, por ocasião do recente restauro do Solar da Beira, no coração do Ver-o-Peso, Seabra e equipe fizeram ações do que chamaram Arqueologia Pública. Dada a icônica localização do Solar, os trabalhos de arqueologia que estavam sendo realizados, concomitantes com as obras, receberam alguma atenção da imprensa e foi possível aproximar um pouco a arqueologia do público, e a arqueóloga conseguiu envolver mais que os operários da obra. Contudo, nada se sabe sobre o material escavado, nenhuma informação sobre a cultura material foi publicada para além do relatório protocolado junto ao IPHAN (SEABRA, 2020c). A mesma arqueóloga conduziu um monitoramento arqueológico na rua João Alfredo (Figura 2), trabalho que recebeu uma atenção desmedida e crítica da imprensa, por conta de má informação, mas, ainda uma vez, a compulsoriedade foi a responsável pela não aproximação do público com o trabalho arqueológico (SEABRA, 2020a, 2020b).

O Governo do Estado do Pará anunciou para os próximos meses o início da segunda etapa do Porto Futuro, empreendimento que irá requalificar o restante da área portuária de Belém à continuação da Estação das Docas, e a Prefeitura da Capital já cercou toda a praça dos estivadores, como parte do projeto Boulevard Gastronômico, que requalificará toda a área em frente ao Sítio Sesc Ver-o-Peso na rua Boulevard Castilho França. Ambas as obras, por força da legislação, precisarão ser precedidas por pesquisas arqueológicas. O mais provável, porém, é que as pesquisas sejam feitas concomitantes às obras e, seja por idiosincrasias dos pesquisadores, ou por descaso do Estado e do município, o público será ainda uma vez, alijado dos estudos — e aqui, sem cinismo, espero estar errado.

As pesquisas no centro histórico paraense, na ordem do compulsório, têm sido resultado de um movimento de requalificações ancoradas por vezes numa ideia de preservação patrimonial que são comuns em muitas cidades históricas brasileiras, mas são poucos os projetos que permitem um estudo arqueológico mais consistente e que envolvam as comunidades que fruem estes espaços (COSTA, 2017a, p. 155). As pessoas que não conseguirão desfrutar do futuro Boulevard Gastronômico, ou do Porto Futuro II, como não conseguem fruir plenamente na Estação das Docas ou em alguns espaços dos museus do Feliz Lusitânia, vão encontrar desvios, e continuarão a chegar ao Ver-o-Peso ou outros lugares que as aceitam sem tantos impeditivos. É a ideia de preservação permanecerá algo de poucos para poucos. Quando me refiro à dificuldade de algumas pessoas de gozarem plenamente de espaços como a Estação das Docas, ou os restaurantes e cafés no Feliz Lusitânia, estou apontando uma divisão social dos espaços baseada em poder aquisitivo, já que estes espaços “turísticos” são caros e sua estrutura e operação acaba sendo intimidatória.

É possível ver uma clara distinção entre as pessoas que se sentam e consomem nos restaurantes e lojas da Estação das Docas ou da Casa das 11 Janelas, um dos Museus do Feliz Lusitânia, e isso ocorre em outros espaços musealizados na capital paraense, com os típicos frequentadores do Ver-o-Peso. A distinção está principalmente no fato de as que consomem não se sentirem intimidadas pelo espaço, pois sabem que podem pagar e são bem-vindas; já uma parte significativa da população, quando frequenta estes lugares, o fazem “à passeio”. Preservação parece, portanto, ter uma relação próxima com poder,

classe, raça, hierarquias sociais. Os elevados preços cobrados pelo consumo e circulação nas áreas que foram alvo de requalificação mudam não somente a paisagem: mudam também os grupos de pessoas que podem ou se sentem confortáveis em circular por ela. Há nisto um projeto e, em torno dele, cabe perguntar: segundo a lógica patrimonial vigente em Belém atualmente, quem tem realmente direito à cidade?

Figueiredo (2021a, 2021b, 2022a, 2022b) em recente estudo analisando o Programa de Aceleração do Crescimento: Cidades Históricas, o PAC 2, e suas intervenções em Belém, em especial na praça do Carmo, é peremptória em dizer que a participação popular nas intervenções feitas no centro histórico da capital paraense, a despeito dos discursos de preservação e democratização do patrimônio cultural, foi mínima e que em muitas medidas algumas das ações praticamente fizeram uma privatização de espaços públicos.

Fora da ordem do compulsório, outras pesquisas arqueológicas têm sido feitas no Centro Histórico de Belém. Contudo, invariavelmente estas pesquisas não têm financiamento para escavar e utilizam outras metodologias da arqueologia, como a análise da arquitetura ou da paisagem. Lopes (2011, 2013) e Fernandes (2013, 2014) revisitaram sítios anteriormente locus de investigações arqueológicas. O primeiro, voltado para a igreja de Santo Alexandre, investigou a inserção deste edifício na paisagem de poder colonial e se serviu da arqueologia da arquitetura para estruturar suas reflexões. Já Fernandes (2013, 2014), estudando o largo do Carmo e a memória da Igreja do Rosário dos Homens Brancos, usou as investigações arqueológicas naquela Praça e a apreensão de ideias ligadas ao patrimônio arqueológico e sua preservação como as inquietações que motivaram sua pesquisa. Araújo da Silva (2013), partindo de uma análise paisagística do “bem morrer”, discutiu práticas mortuárias a partir da cultura material dos mausoléus no cemitério da Soledade.

Usando a arqueologia da paisagem e outros métodos, Campos Costa (2019) pesquisou o beco do Carmo, na Cidade Velha, investigando a antiga zona portuária próxima ao Porto do Sal. A autora chama os moradores da área de ribeirinhos urbanos e nos diz como estes desenvolveram formas de organização espacial, usos e sociabilidades particulares de uma *beirabilidade*, que conferem uma biografia à paisagem que vivem. Fernandes (2019, 2022) procurou, em pesquisa doutoral, por meio de um olhar arqueológico da materialidade e a presença de uma antiga capela privada, a capela Pombo, na Campina, bem tombado pelo Estado, demonstrar a biografia do edifício e os muitos usos e significados no passado e na contemporaneidade, além de indicar suas próprias percepções no trabalho de campo como observadora de seu objeto de pesquisa.

Muitos dos trabalhos citados acima são provenientes de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA-UFPA). E a partir do PPGA-UFPA, desde 2013 o professor Diogo Costa vem conduzindo diversas investigações no já notório sítio histórico do Engenho do Murutucu, área também tombada, mas afastada do centro da cidade (COSTA, 2017b). De fato, este sítio tem sido objeto de estudo de muitos trabalhos orientados pelo professor e inúmeros aspectos diferentes têm sido abordados (AZULAI, 2018; OLIVEIRA MARTINS, 2015).

O Projeto de Arqueologia e Educação Patrimonial que ensejou a escavação do Sesc Ver-o-Peso também é fruto de uma pesquisa compulsória, contudo, buscou-se inseri-la no contexto de discussões da paisagem urbana, das relações das pessoas com/e nesta paisagem, além de ter utilizado da arqueologia etnográfica e do conceito de multivocalidades para melhor localizar as pessoas dentro da pesquisa.

Neste artigo, um dos conceitos de paisagem que utilizo é aquele de Sauer (1969), que destaca a importância da historicidade nos ambientes humanos. De acordo com o autor, as paisagens devem ser consideradas como ambientes culturais, resultado da integração de formas físicas e culturais ao longo do tempo. A perspectiva de Sauer (1969) sugere que

as paisagens devem ser compreendidas com suas características intrínsecas. Buscarei, desse modo, mostrar a historicidade da paisagem de parte da Campina. Ainda no tocante à paisagem deste bairro, compreendo-a como manifestação espacial da relação entre os homens e mulheres que nela circulam e dela usufruem — as ruas do comércio, os casarões em ruína, a feira, os mercados e praças e todo o seu entorno imediato constituem um dos muitos espectros do que essa paisagem foi e é (CRUMLEY; MARQUARDT, 1990). Tendo em vista que essa relação entre seres humanos e ambientes não cessa, a paisagem em questão está em constante e frenético movimento (SOUZA, 2005). Uma de minhas intenções foi investigar este movimento, que continua construindo e significando esta parte do Centro Histórico de Belém.

Como anteriormente mencionado, o Centro Histórico de Belém é um dos focos de estudos de arqueologia histórica na Amazônia Brasileira. O conjunto destas pesquisas contém tanto trabalhos compulsórios quanto acadêmicos; a escavação do Sítio Sesc Ver-o-Peso buscou combinar ambos. No âmbito do compulsório entram as emblemáticas pesquisas arqueológicas feitas no Complexo Feliz Lusitânia e Porto de Belém, bem como as investigações no cemitério da Soledade, Porto Futuro, Solar da Beira etc. As pesquisas acadêmicas vêm tomando fôlego a partir de trabalhos oriundos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA — em que há uma área de concentração em arqueologia e linhas de pesquisa direcionadas ao estudo de cultura material e patrimônio, sobre as quais discorri brevemente anteriormente.

O projeto arqueológico no Sesc Ver-o-Peso foi conduzido com o objetivo formal de responder ao embargo do IPHAN, escavar o local e coletar os objetos para fins de estudo e conservação do patrimônio cultural da cidade. Sendo a falta de inserção das pessoas que frequentam o Centro Histórico de Belém na construção da ideia de patrimônio cultural um problema comum em projetos arqueológicos na área urbana, especialmente quando têm caráter compulsório, o referido projeto tentou contornar esse problema ao incluir a participação dos trabalhadores que executavam a obra, além de outros públicos na escavação e na produção de conhecimentos sobre a área, dando-lhes a oportunidade de conhecer e apreciar o patrimônio cultural da cidade de forma mais próxima<sup>3</sup>.

As escavações no Sítio Sesc Ver-o-Peso são um pequeno exemplo de que a compulsoriedade, ou mesmo os cronogramas impositivos, não servem de desculpa para a discricão com que certos projetos arqueológicos são levados a cabo, impedindo que a população tenha alguma interação que lhe permita conhecer ou apreciar o patrimônio cultural arqueológico da cidade. Na seção seguinte, buscando juntar argumentos, discutirei a construção social da paisagem local e a historicidade da região, mostrando a importância de tornar o patrimônio cultural arqueológico cada vez mais próximo das pessoas e não mantê-lo afastado daqueles que têm o direito de fruí-lo.

## A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PAISAGEM – O CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

Continuando no campo das confissões, eu diria ainda que não sou “dado às feiras, mercados” e congêneres, algo quase agorafóbico..., mas sigo com a história!

---

<sup>3</sup> Para contornar tal problema, adotei a perspectiva da Arqueologia e Multivocalidades, cuja práxis está descrita em artigo no prelo. Para mais sobre o assunto recomendo Gnecco (1999, 2010), Okamura e Matsuda (2011), Ferreira *et al.* (2014), García, Martínez e Baptista (2015), entre outros.

Passamos pela Estação das Docas e, depois da civilidade quase asséptica, me dirigi à “confusão”. Aos menos foi assim que meu espírito se preparou — nesta hora pensei em minha avó, que sempre insistia em me levar no Ver-o-Peso, malgrado meus protestos, e só me vem à cabeça a frase que ela poderia usar como admoestação: deixa de pavulagem menino, me admiro é de ti!

Quando se chega ao Ver-o-Peso pelo Boulevard Castilho França, nossos ouvidos são invadidos por uma mistura de sons: música alta, trânsito pesado, motores de barcos ao fundo, vozes oferecendo mercadorias, preços sendo gritados, risos, conversas sussurradas e outros rumores indistintos. Talvez porque pela primeira vez estava “levando alguém” ali — sempre fui só ou levado —, talvez por me dispor a estudar aquele espaço, eu comecei a construir uma expectativa e fui chamado de volta pela exclamação de excitação da Rafa: Por onde iremos começar? (GOMES, 2018a)

A passagem supracitada diz ainda, mais um pouco, das complexidades em jogo na paisagem do centro urbano de Belém: com uma caminhada curta, eu e a Rafa demos um salto sensorial expressivo. Mudaram os sons, os cheiros, as vestes, mudou mesmo a tônica da memória. Este tipo de contraste produz uma espécie de contradição à céu aberto: como lugares tão próximos podem coexistir com tanta diferença quanto à sua ocupação, como se um muro invisível os separasse? Deste tipo de separação urbana tácita e multiplicidade de modos de ocupação é que desejo partir, para a discussão desta sessão.

Como pesquisador visitante na University College London, sob a supervisão do Professor Chris Tilley, participei de seu curso semestral chamado *Social Construction of Landscapes*<sup>4</sup>, de onde vêm a maior parte de meus *insights* para escrever esta seção. Em uma das aulas encontrei o professor incapaz de carregar todas as coisas que ele trazia, entre as quais uma caixa plástica cheia de pedras e um balde com água. Para não me alongar, professor Tilley dissertou acerca de diferentes perspectivas sobre as paisagens, chamando atenção para o fato de que elas não são apenas cenários para a ação humana, posto que as pessoas as constroem e são construídas por elas. Para o professor, e eu fui convencido por ele, as paisagens articulam pessoas, lugares, movimentos, histórias e tradições, valores morais e políticos (TILLEY, 1994, 2006, 2012, 2017; BENDER *et al.*, 2007).

Mas e onde se encaixam a caixa de pedras, o balde com água e a excitação da Rafa andando pelo Centro Histórico de Belém? Falando sobre a mutabilidade da paisagem e sua impossibilidade de ser estática, o prof. Tilley chamou a todas em sua mesa, mostrou as pedras e perguntou o que víamos. Todas nós respondemos em uníssono: pedras? Ele nos falou de sua proveniência — eram pedras vindas da praia e continuou indagando, o que víamos... e então as coisas foram mudando... algumas pessoas começaram a ver praias, pedras quentes de sol, pedras molhadas — e ele pediu que as pegássemos e sentíssemos a temperatura, o toque, pediu que as molhássemos e observássemos as cores, se a textura era

---

<sup>4</sup> Segue a descrição que iniciava a ementa do curso: “*Landscapes are never inert: people engage with them, re-work them, appropriate and contest them. They form a fundamental way in which identities are created and disputed. Criss-crossing between history and politics, social relations and cultural perceptions, landscape is a concept of ‘high tension’.* It is also an area of study that blows apart the conventional boundaries between the disciplines. Landscapes form a subject of study for anthropologists, archaeologists, human geographers, art historians and historians and sociologists amongst others”.

alterada e percebemos que a partir de cada lugar de referência, singularmente, tínhamos percepções muito díspares... para mim era difícil ver praia, pois nas plagas de onde venho as praias são compostas de areia fina e não de um amontoado de pedras polidas.

A paisagem do Centro Histórico de Belém sobre a qual me concentro, para mim, era uma lembrança presa no tempo da minha avó ou um lugar a ser evitado; no tempo presente virou parte de um estudo acadêmico, sujeito a teorias e métodos. Para a Rafa, era o desafio de um cenário novo, pesquisado na internet, com cheiros que iam mudando a cada rua dobrada, com sons e cores inéditos. Refletindo sobre os diferentes impactos que as “mesmas” paisagens pode suscitar nas pessoas, veio em mente a leitura recente da engraçada novela de Thomas Kingh (2020). Nela, um casal de indígenas, Mimi e Bird, está de viagem à Praga e decidem visitar Budapeste, ali ao lado. Por uma coincidência, destas que não saberia explicar, a chegada deles à estação de trem da capital húngara, em 2015, se deu no mesmo período que eu também visitava a cidade, no período de uma grave crise imigratória em que as autoridades da Hungria começaram a fechar fronteiras.

Mimi olha atordoada ao seu redor e, se antes estava excitada, vendo as pessoas que estavam construindo a paisagem, e a violência como isso se dava, agora se arrepende de ter ido e busca escapar. As duas personagens decidem pegar um táxi para “dar uma olhada”, nem que de longe, em alguns pontos turísticos marcados no guia e pegam o trem de volta à Praga na mesma noite. Eu, mais excitado que assustado, passei mais de uma semana em Budapeste, fui com calma aos lugares que Mimi queria ver e só viu da janela do táxi, e não tive como não sentir um aperto lendo o romance pensando em como ela, talvez depois do primeiro impacto, teria apreciado *Buda*, muito mais que *Pest*. Eu vi a “mesma” silhueta de cidade que o autor descreve, mas a paisagem certamente foi outra. Assim como, mesmo andando lado a lado com a Rafa, éramos impactadas de forma diferente, víamos coisas distintas. Neste sentido, aqui penso a paisagem antropológicamente (TILLEY, 2012; TILLEY; CAMERON-DAUM, 2017) como cultura material (TILLEY, 2020), mas voltarei a esse argumento mais à frente.

## SOBRE A HISTORICIDADE DA PAISAGEM

Chegando ao complexo do Ver-o-Peso, cruzamos o estacionamento, desviando da parte onde vendem roupas, e fomos para próximo onde atracam alguns barcos de linhas intermunicipais [...]. À medida que a Rafa me fazia perguntas, ou que eu via algo e lhe queria explicar, fui percebendo o quanto desconhecido, e em alguma medida, novo aquele lugar era para mim. Mesmo se o tinha tantas vezes visitado, sempre sem nenhum interesse.

Os cheiros mudavam de seção a seção. Senti o inconfundível cheiro das águas turvas da baía do Guajará, depois cheiro de farinhas e camarões, maniva sendo moída, maniva sendo cozida — eu adoro explicar para os não paraenses sobre as particularidades da maniçoba e não deixo passar a possibilidade de ao menos seis pessoas terem morrido para que ela exista — piada velha. Havia ainda o odor agradável das ervas diversas dos banhos de cheiros, além da amabilidade que abraça de suas vendedoras — Rafa comprou um “ache-a-te a mim” e recebeu conselhos sobre o uso de outros “feitiços”. Seguindo pelo mundo dos cheiros, tinha

ainda o odor azedinho de tucupi, mandioca recém-descascada e barro queimado (GOMES, 2018a).

Vendo mallograda no Maranhão, por ficticias dificuldades que lhe oppoz o capitão-mór, uma projectada expedição ao interior, dirigiu-se ao Pará, onde campo mais vasto e, no seu parecer, não contestado, se lhe offerencia. A viagem era longa e incommoda. Trinta dias em pequenas embarcações, remadas por indios, e sacudidas por mares impetuosos e rijos ventos da costa. Trinta e duas bahias a vencer, em muitas das quaes se devia entrar e sair a favor das marés, por não ser possivel de outra forma romper o extraordinario peso das águas. Chegava-se alfim á ponta de Separaré, sentinella avançada das terras do Pará no oceano. Ahi principiava a abrandar o furor das vagas; e, com o auxilio da corrente, quando enchia, em breve se descortinavam as ilhas verdejantes e, por entre ellas depois, a casaria da cidade, que já então, deixando o abrigo do forte, começava a estender-se para o septentrião, sempre á beira-rio (AZEVEDO, 1901, p. 53-54).

A paisagem que eu apresentei à Rafa, e que vivi e pesquisei, é muito diferente daquela alcançada pelos colonizadores que partiam de São Luiz em direção à Belém. Junto com minha amiga visitante, olhando para a Baía do Guajará, ficamos divagando sobre como seria para os europeus, acostumados a verem a “outra margem” de seus rios, se depararem com a quase infinitude das águas amazônicas. Nossa divagação foi freada pela fome que se nos abateu e fomos buscar nosso peixe frito, na paisagem que se movia.

Correndo o risco de ser pernóstico, digo a obviedade de que a paisagem onde está inserido o Sítio Sesc Ver-o-Peso faz parte de uma das ocupações coloniais mais antigas da Amazônia (MARQUES, 2003, 2006, 2010); e os registros arqueológicos têm demonstrado que as margens dos rios eram as porções mais densamente povoadas pelos povos originários quando do início das invasões europeias (NEVES, 2005, 2008). Desde o último quartel do século XIX que pesquisas arqueológicas têm se detido no estudo das populações nativas (MEGGERS, 1948; NEVES, 2005, 2007; ROOSEVELT, 1999; SCHAAN, 2010) e os recortes temáticos e temporais na Arqueologia têm passado em revista diversos aspectos sociais, econômicos e culturais da ocupação da Amazônia. Sejam os registros arqueológicos, seja a historiografia, nos dizem que anterior à fundação da cidade de Belém pelos europeus, a região era ocupada por grupos indígenas, que Meira Filho (2015) aponta como sendo os Tupinambá. Dada aniquilação da maior parte dos grupos nativos que ocupavam a região onde está Belém, não temos relatos de como essas pessoas descreviam a paisagem, seria anacrônico inclusive usar o termo como possibilidade de descrição do ambiente ou do espaço por aqueles povos, mas uma cartografia do século XVII aponta a denominação “Província dos Tupinambás” ao se referir ao Pará daquela época (Figura 3), e nos dá uma mostra de como os conquistadores descreviam a intrincada geografia da área.

As cartografias, plantas e prospectos, além de imagens do passado, serão essenciais para que possamos fazer a digressão necessária e pensar a historicidade da paisagem da beira do rio e a consequente expansão urbana da Belém do passado. Chamada inicialmente de “Feliz Lusitânia” em 1616, depois de cidade do Pará e Santa Maria de Belém do Grão-Pará, são muitos os autores a contar os primeiros anos da conquista portuguesa (AZEVEDO, 1893; 1901; BAENA, 1969; 2004 [1885]; BARATA, 1973; MEIRA FILHO, 2015). Não me deterei a narrar com detalhes estes primeiros anos,

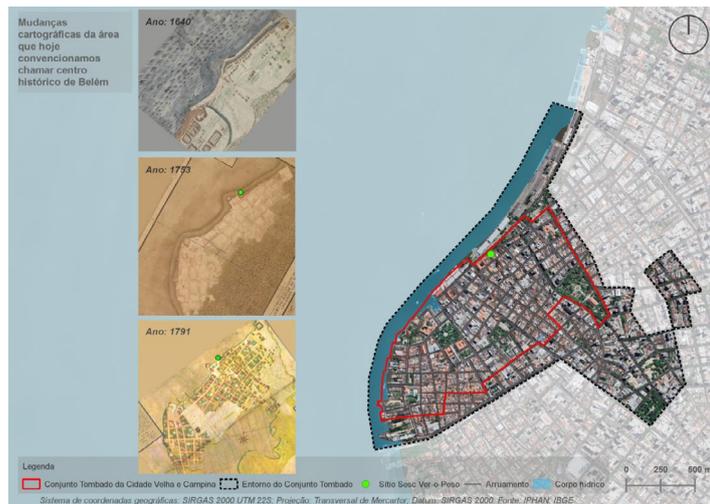
mas dando alguns saltos temporais, ancorado nas cartografias e outros documentos, vamos vendo e analisando as alterações na paisagem das margens da cidade. A Figura 4 nos mostra quatro séculos de alterações. O ponto verde em destaque no mapa atual com a demarcação do centro histórico tombado e suas imediações, conta por exemplo, que a área onde hoje está o Sesc Ver-o-Peso estava no passado banhada pelas águas da Baía do Guajará – retornaremos a isso em breve.

**Figura 3.** Planta datada de 1666, de autoria de João Teixeira Albernaz, referindo a "Provincia dos Tupinambás".



Fonte: Meira Filho (2015).

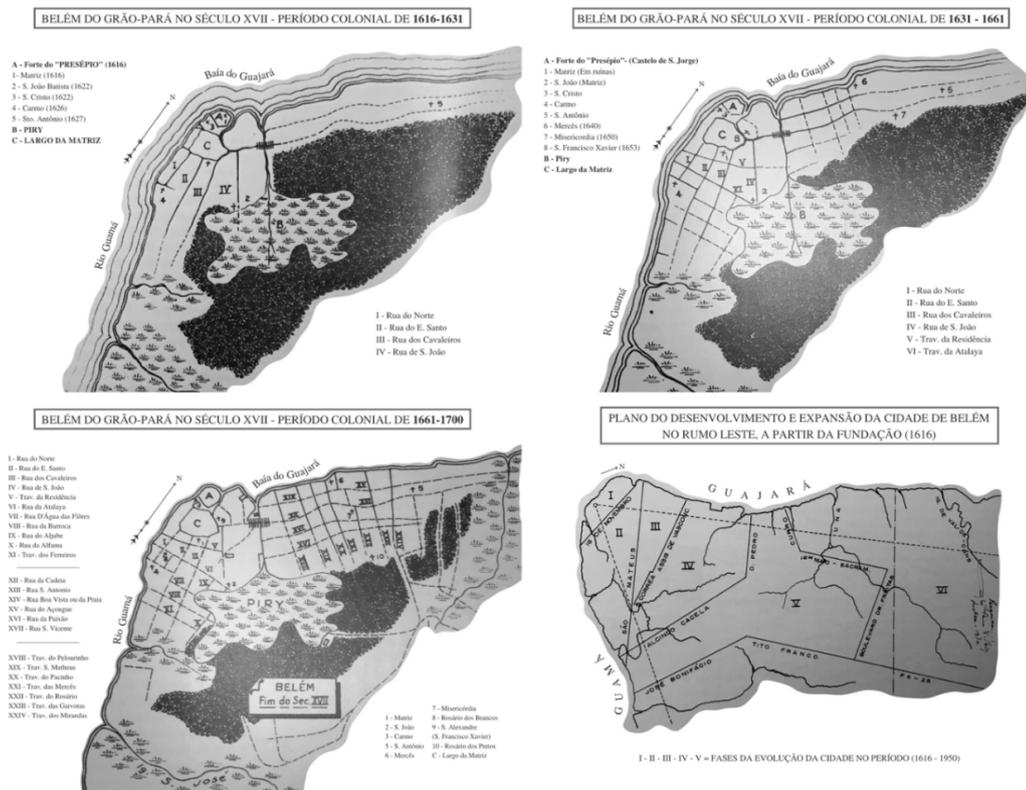
**Figura 4.** Composição de cartografias mostrando as transformações da beira rio dos bairros da Cidade Velha e da Campina.



Fonte: Mapa realizado por Silva (2023), sob orientação do autor, para este artigo. A planta de 1640 (Teekening van de Stat en de fort van Grand Para, 1584/1865) foi gentilmente cedida pelo The Hague National Archives of the Netherlands. A cartografia de 1753 (Planta geometrica da cidade de Belém do Gram Pará, 1753) provém do acervo da Fundação Biblioteca Nacional e, por fim, a planta de 1791 advém da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira (FERREIRA, 1791).

Sobre a expansão urbana de Belém, o registro dos estudos elaborados por Meira Filho (2015), como na Figura 5, nos permitem uma visualização e uma análise desse processo, sobretudo da área que se estende para parte baixa, ou área portuária da cidade. O primeiro croqui elaborado pelo referido autor mostra o perfil da cidade no recorte cronológico que abarca os primeiros 15 anos da ocupação portuguesa. Destaca-se no croqui a área delimitada pela baía do Guajará e pelo rio Guamá. No que tange à área de interesse central desta pesquisa, está assinalado para o lado da praia o convento Santo Antônio (1627). Nos três desenhos seguintes podemos ter uma percepção visual da evolução da cidade e da consolidação da malha urbana, mesmo que com sucessivas transformações, é possível perceber as permanências. Pela análise da evolução urbana realizada por Meira Filho (2015), Belém na virada do século XVII para o XVIII contava com 24 ruas abertas, dez edificações religiosas, além do Piry, uma área alagada que ainda dividia a cidade. Olhando os desenhos de Meira Filho (2015), percebemos que na beira do rio ainda não são identificáveis algumas edificações que marcam atualmente a paisagem da Belém colonial, tais como a igreja e o convento dos mercedários; mas já está assinala no desenho os caminhos abertos que dariam origem à rua Santo Antônio e à rua da Praia, para além do Igarapé do Piry.

**Figura 5.** Composição de estudos de Augusto Meira mostrando a expansão urbana do núcleo originário de Belém.



Fonte: Montagem a partir de desenhos presentes na obra de Meira Filho (2015, p. 110, 201, 265 e 519).

As legendas foram reescritas, mas não houve alterações nos desenhos originais.

As ilustrações, mapas e plantas produzidas no período colonial, bem como as narrativas de viajantes, destacam, sobretudo, a arquitetura oficial, a mais imponente, seja ela militar, civil ou religiosa, o que oportuniza melhor análise da evolução desse

tipo de construção. Acerca das edificações “comuns” que remetem à ocupação do espaço e ao cotidiano de morar, acabamos por percebê-las, sem destaque, no conjunto do traçado urbano.

No início da conquista não era tarefa fácil aos lusos, chegar à Feliz Lusitânia. No segundo exceto que serve de epígrafe a esta seção Azevedo (1901), descrevendo a viagem de um clérigo que não conseguiu desempenhar suas funções em São Luiz e decide vir para Belém, nos dá uma boa imagem do périplo que era essa viagem. Ainda segundo Azevedo (1901), após a fundação do núcleo embrionário de ocupação da área, este foi se expandindo ao longo da beira rio:

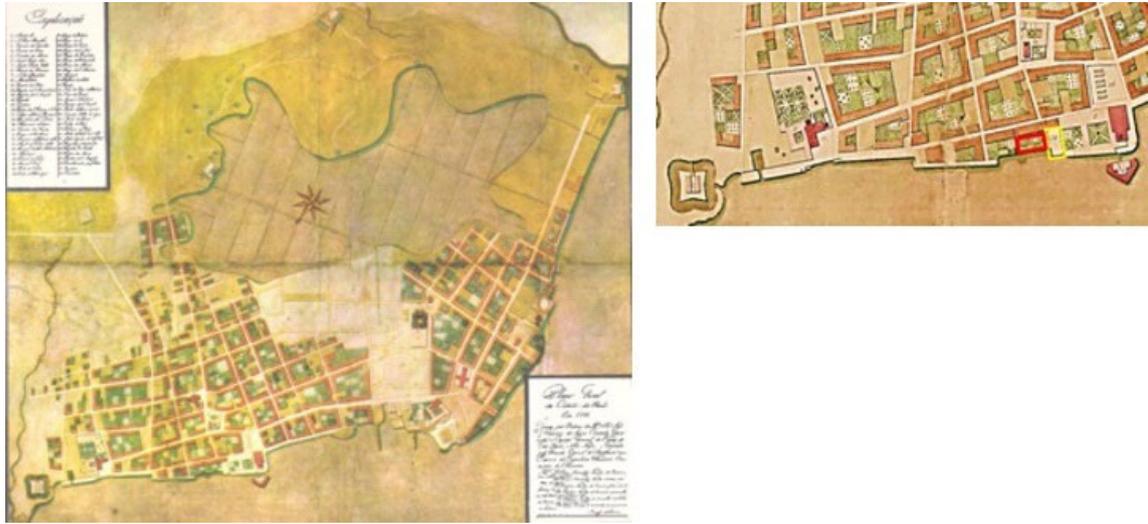
Repartia-se a cidade em dois bairros: um mais antigo, limitado pelas actuaes praças da Sé, do Carmo e de São João, chamava-se, como ainda agora, a Cidade. O outro, habitado depois, quando a população crescente foi carecendo de maior espaço, acompanhava o curso do rio, tomando por nome a Campina. No ponto limitrophe de ambas as divisões, em lugar denominado pelos primeiros habitantes o Portão, provavelmente por achar-se ali o que dava ingresso, pela muralha, ao povoado, ficava a nova residencia dos jesuítas (AZEVEDO, 1901, p. 54).

No primeiro excerto, para quem como este autor, já viajou de barco pelos rios e baías que circundam Belém, é fácil entender que, não obstante o passar dos anos, “as águas bravias, os ventos rígidos e a dependência das marés” (AZEVEDO, 1901) continuam uma constante nestas plagas, embora, não tendo que remar, os tempos das viagens encurtaram sobremaneira. As ilhas verdejantes estão praticamente onde estavam no passado, algumas hoje com as margens ocupadas, sem a presença indígena, dado que a expansão da ocupação colonial foi se estendendo ao longo das praias. No segundo trecho, se compararmos o que diz o autor sobre a divisão da cidade e os mapas que já foram apresentados, vamos aos poucos vendo uma cidade nascendo e, do ponto de vista dos nativos, uma aldeia desaparecendo.

Naquilo que concerne à Campina, e às mudanças de sua paisagem, Marques (2006) destaca, a partir da planta geral da cidade presente na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (Figura 6), que os terrenos junto à praia haviam se transformado em hortas ou jardins. Na mesma planta está assinalado o primeiro açougue da cidade, nas imediações da quadra onde atualmente se encontra o Sesc Ver-o-Peso. Com relação a este açougue, ele foi instalado em uma casa térrea, à rua que dele tomou o nome; por detrás da casa do açougue que tinha três portas de frente, e cujos fundos davam sobre a praia, estava o matadouro e, em seguida, o cercado onde eram desembarcadas as rezes para serem abatidas (BARATA, 1973, p. 326). Quem circula por aquela área hoje, nem de longe imaginaria um açougue/matadouro, de frente para a rua Gaspar Viana, tendo o Boulevard Castilho França como praia onde descarregavam animais vivos para serem abatidos, destrinchados e vendidos.

Como é possível perceber nas plantas que já foram apresentadas, a Belém do século XVIII possui feições mais definidas pelo traçado das vias, alinhamento das edificações, sobretudo a partir da segunda metade deste século. O destaque nestas representações é sem dúvida a margem do rio, sempre marcada pela dinâmica de fluxo de pessoas, mercadorias, embarque e desembarque. Um cotidiano do passado que perdura no presente.

**Figura 6.** Planta Geral da Cidade do Pará de 1791, na qual se tem referência feita por Marques sobre a presença de hortas e jardins nos terrenos junto à praia, bem como estão destacados o açougue (em amarelo) e a área onde atualmente se localiza o sobrado (em vermelho).



Fonte: Ferreira (1791), disponível no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, adaptada para este artigo pelo autor.

A partir do ano de 1782 a área da praia de Belém sofreria, em tempos diferentes, sucessivas alterações com vistas a estruturar o cais da cidade. Esse recorte cronológico é importante para o entendimento das edificações que iriam surgir com as fachadas voltadas para a praia, dinâmica que se aplica ao casarão assobradado que foi escavado e hoje é uma unidade do Sesc. Barata (1973, p. 327) nos fala um pouco sobre a importância desta alteração paisagística:

Ao longo da praia, em que esteve o primitivo matadouro, foi construído interrompidamente (1782-1803, 1839-1842) um cais que começou na Sacramento (lugar da praia, à entrada da travessa dos Mirandas, hoje 15 de agosto e com ela se formou uma nova rua de Belém. Essa rua como também a do Imperador, que era seu prolongamento, e feita em 1841-1842, foi suprimida pela construção do novo cais (1870-1877), o qual avançando sobre o rio desde a Sacramento até a doca do Ver-o-Peso, veio formar o atual Boulevard da República, que compreendeu aquelas duas ruas. O novíssimo cais da Port of Pará é a terceira conquista do terreno.

Ainda segundo Marques (2006), no início do século XIX a orla da cidade viria a sofrer sensíveis transformações no aspecto urbanístico; neste período, o local foi alvo de grandes e importantes obras, com a deposição e compactação de grande quantidade de aterro, proveniente de vários pontos da cidade, em uma ampla faixa de terra, ampliando assim seus limites.

Até a primeira metade do século XIX, o alinhamento dos casarões assobradados com a fachada voltada para a baía do Guajará que marcam a paisagem contemporânea de Belém ainda não era avistado. Com as intervenções ocorridas na virada da primeira para a segunda metade daquele século é que a cidade aumentaria seus limites e,

consequentemente, alteraria também os terrenos para a construção de novas edificações. Se examinarmos uma vista de Belém datada de 1825, podemos perceber ainda os cercados delimitando os fundos de algumas casas, bem como pontes de acesso à orla.

**Figura 7.** Vista de Belém produzida pelos Alemães Johann von Spix e Karl von Martius na primeira metade do século XIX.



Fonte: Álbum Belém do Pará (1995).

Na referida iconografia é perceptível a ausência do casarão assobradado: no local aparecem somente casas térreas, cercados de quintais com as fachas voltadas para a Rua da Praia. Assim, pode-se inferir que até a década de 1830 o sobrado não figurava naquela área.

Seguidas intervenções, visando o processo de urbanização, foram realizadas com o surgimento de várias ruas e um cais para a cidade. Com relação à rua que divide a quadra do complexo dos mercedários e a quadra onde se localiza o bem pesquisado, ela foi comprada em 1842 para se tornar via pública de acesso à via aberta com a ampliação e aterramento da orla daquela área da cidade. De acordo com o historiador Ernesto Cruz (1973, p. 50),

Na presidência do dr. João Antonio de Miranda foi efetuada a compra de uma faixa de terra, que liga a atual rua Gaspar Viana, antiga do Açougue, ao boulevard Castilhos França. [...] E travessa foi aberta. É a atual da Indústria.

As denominações das ruas também se constituem como um lugar de memória, e refletem igualmente demandas e seleções dos grupos sociais dentro da temporalidade. A praia, a faixa de terra, e depois a nova via aberta na área do casarão teve, portanto, várias denominações até chegar a que conhecemos atualmente. Sobre tais mudanças, informa Ernesto Cruz (1973, p. 52) que

o boulevard Castilhos França que se estende paralelo ao cais do porto é um exemplo bem interessante. Em 1842 se chamava rua da Boa Vista. O presidente da Província, dr. Bernardo de Sousa Franco desejando prestar naquela época homenagem ao monarca [...] mandou substituir a denominação para rua Nova do Imperador. Com o advento do regime político implantado a 15 de novembro de 1889, passou a ser boulevard da República. Vitoriosa a revolução de 30, mudaram-lhe o nome para Castilhos França.

A análise das sucessivas transformações e alterações sofridas no traçado urbano da cidade, em especial na área do cais do Porto de Belém no século XIX (Figura 8), nos permite o entendimento da ampliação dos limites da faixa litorânea da área da Campina.

Após as obras de aterramento ocorridas na metade do século XIX, iniciou-se um processo mais célere de construção de casas de morada, voltadas para a baía do Guajará, conforme já foi mencionado. Entretanto, o porto da cidade ainda passaria por outras reformas para atender as demandas do fluxo de embarque e desembarque, tanto de pessoas quanto de mercadorias. Há que se mencionar que as atividades comerciais sempre marcaram aquela área, desde os primeiros tempos da fundação da cidade.

**Figura 8.** Transformações da paisagem do Boulevard Castilhos França, onde fica localizado o Sítio Sesc Ver-o-Peso.



Fontes: Da esquerda para a direita: 1. Imagem atual do Boulevard Castilhos França, onde está o Sítio Sesc Ver-o-Peso, hoje uma das unidades desta instituição, do Google Street Veiv; 2. Vista área do Boulevard Castilhos França, na década de 1960; 3. Frente atual do Sesc Ver-o-Peso, Google Street Veiv; 4. Um postal do Boulevard Castilhos França, sem data.

Sobre a historicidade do casarão onde ocorreram as escavações, foi possível inferir, mesmo se nenhum documento histórico específico fosse encontrado, que sua construção e apogeu de uso foi contemporânea aos imóveis que foram construídos na segunda metade do século XIX, nas novas áreas aterradas que ampliaram os limites da cidade e ensejaram a configuração de um novo traçado urbano. Em Gomes, Costa e Sóstenes (2019), bem como em Marques (1999a, 2003), é possível encontrar um farto levantamento de informações, a partir de diversas fontes escritas e iconográficas. Este estudo, juntamente com a análise arquitetônica da edificação, situa mais precisamente a área nas mudanças históricas pelas quais passou.

## PAISAGEM E PATRIMÔNIO

Continuando a andança com a Rafa, lá pelas tantas o Comércio, o centro Histórico e por óbvio, o Ver-o-Peso, para ela, e muito para mim, estavam sendo uma festa, uma balburdia sensitiva. Para além dos sons e dos cheiros, a visão, tato e o paladar participaram desta algazarra dos sentidos. As cores, as formas, os contornos, dos objetos, frutos e a

paisagem nos estonteavam. O som alto mudava de loja para loja, só passar na porta, carros competindo com pedestres, estes sem o auxílio de uma buzina para importunar, o calor, uma certa corrida no andar... paramos na frente do Sesc e eu só aponte para o lugar que “talvez eu iria escavar”, e seguimos rumo ao mercado, onde a balburdia dos sentidos ganhou nova intensidade: jogar punhados de farinha na boca, pegar lasquinhas de frutas para provar se estavam doces, ver a maniva, em um tom verde que deveria ser classificado como “verde maniva” sendo expelida pela máquina de moer, tudo nos causava espécie. A Rafa a tudo fotografava e a esta altura não fazia perguntas somente a mim, talvez percebendo que muitas coisas eram novas também a mim, mas a quem lhe desse qualquer atenção, ou seja, a todos os vendedores.

A paisagem é uma construção social e tem sua historicidade (TILLEY, 2006, 2012, 2016), mas penso que sua singularidade reside no impacto que ela causa a cada pessoa, bem como naquele que cada pessoa causa na mesma paisagem por suas apreensões sobre, e a partir, dos espaços e lugares que seus sentidos conseguem descrever. Durante a escrita deste texto eu liguei para a Rafa várias vezes, para nos lembrarmos das nossas andanças e discussões... revimos fotografias e foi interessante comparar nossas percepções anteriores e atuais. Eu discutindo a paisagem como patrimônio e mesmo cultura material, na minha ânsia por encaixar o que vimos juntos como objetos de estudo; a Rafa falando dos cheiros fortes que se lembrava, da comida barata, do barulho e de como ela, que agora está no frio alemão, gostaria de voltar a sentir o calor de Belém.

Para além das percepções singulares de cada pessoa sobre uma paisagem ou sobre o Centro Histórico de Belém, alguns destes locais são convertidos, por diplomas legais, em “bens tombados”. Fato é que desde 2012 o Ministério da Cultura, por meio do IPHAN, reconhece o tombamento do “Conjunto *arquitetônico, urbanístico e paisagístico* dos bairros da Cidade Velha e Campina, Localizados em Belém, estado do Pará, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico” (BRASIL, 2012, grifos nossos; CULTURAL, 2011;). A mesma área já tinha um tombamento municipal (BELÉM, 1994). Diversos autores vêm discutindo a eficácia dos instrumentos de tombamento e um ponto de vista quase comum é que em geral as decisões que antecedem os reconhecimentos legais não levam em consideração os anseios das pessoas e em alguns casos alijam os usuários dos espaços agora tombados, ou dificultam sua fruição (FORTE; SANJAD, 2020; GODINHO, 2019a, 2019b; OLIVEIRA, 2016). Van Lanen, Van Beek e Kosian (2022) nos indicam que em certos lugares é importante que as metodologias sejam pensadas de modos particulares, dadas as condições *sui generis* destas e estudos sobre paisagem histórica, sua importância para construção de identidades, manutenção de sentido de pertença ou mesmo como afirmação política que estão ocorrendo em todos os lugares e dentro de praticamente todas as áreas das humanidades (BRUMANN; GFELLER, 2021; DAI; ZHENG; YANG, 2022; DAVES; FACCIO, 2021; DEMJÁN *et al.*, 2022; ONYANGO; OPIYO, 2022; QUINTERO-ANGEL; COLES; DUQUE-NIVIA, 2021; WOODCOCK *et al.*, 2021). Isso tem se dado também porque, como afirmam Tilley e Cameron-Daum (2017), a paisagem é um objeto de estudo que não é de ninguém; há muito é estudada de maneiras diferentes e sob vários disfarces por geólogos, geógrafos sociais e culturais, planejadores, ecologistas, historiadores e historiadores da arte, arqueólogos e antropólogos, e não só. No caso de Belém, os estudos que analisam a paisagem histórica e problematizam sua “patrimonialização” têm se concentrado bem mais a partir da arquitetura, com uma insipiência da antropologia e da arqueologia.

Para Tilley (2016), dentro de uma perspectiva fenomenológica, o objetivo de pesquisas sobre patrimônio é fornecer uma descrição rica ou “densa” das paisagens estudadas, permitindo que outros as compreendam em sua diversidade e complexidade diferenciadas e entrem nessas experiências por meio de sua mediação textual metafórica. Minha tentativa aqui é fornecer uma mediação textual metafórica sobre a paisagem onde está inserido o Sítio Sesc Ver-o-Peso, um casario erigido no centro histórico e comercial de Belém, onde busquei levar em consideração as multivocalidades dos grupos de pessoas envolvidas no projeto, bem como de outros frequentadores dos múltiplos espaços que o compõem, conduzem ou corroboram para a construção desta paisagem histórica e os muitos significados que este local tem para as pessoas que usam e se apropriam deste patrimônio (LEONE *et al.*, 2008; TILLEY, 1994, 2006, 2016; TILLEY; CAMERON-DAUM, 2017).

A paisagem, concebida como artefato, atua de forma decisiva na configuração simbólica de uma dada realidade (SOUZA, 2005). Há autores que a leem como cultura material (TILLEY, 2020), e por isso, moldada pelos sujeitos que dela fazem uso. A arqueologia da paisagem nos serve bem para entender as dinâmicas urbanas que moldam determinadas áreas das cidades modernas (TILLEY, 2017, 2019). Muito além de mero abrigo ou lugar onde se dá a luta pela sobrevivência, a paisagem, em uma perspectiva arqueológica, tem assumido também atribuições socioculturais, desempenhando um papel ativo na mediação de relações sociais (SOUZA, 2005).

#### CONCLUINDO – AS DESCULPAS SERVEM CADA VEZ MENOS

Depois de visitarmos os mercados de peixe e carne, a Rafa e eu voltamos para a feira e, em uma das seções nossos estômagos foram invadidos pelo cheiro de peixe frito e açaí sendo batido — eu havia prometido que ela tomaria açaí “como se deve”. Nos sentamos e os estímulos sensoriais nos faziam rir, pensar, especular e fazer muitas afirmações sobre cultura, tradição, patrimônio cultural, possibilidades de estudo, divagações das mais diversas... eu havia percebido que estava impactado, pela primeira vez, pelo meu objeto de estudo. Confessei à Rafa que o que estava vendo com ela era muito diferente do que descrevi, quase de forma idílica, nos meus projetos... nossa conversa foi interrompida abruptamente por dois fatos: nosso peixe com açaí chegou e uma moça começou a ser tatuada ao nosso lado e praguejava de dor (GOMES, 2018a).

Iniciei este artigo contando de uma andança minha e de minha amiga Rafa que, neste dia, terminou como descrito no trecho que abre a seção. O caminhar com a Rafa foi um marco para minhas reflexões sobre o Centro Histórico de Belém, o papel da arqueologia em sua apreensão como patrimônio cultural, paisagem e fruição; as reflexões continuaram, se intensificaram com as pesquisas relativas à escavação levada a cabo no Sítio Sesc Ver-o-Peso e no estudo de diversos trabalhos arqueológicos desenvolvidos na área tombada da capital paraense. Não vejo mais aquela paisagem idilicamente, ou também como algo de que devo “preservar” meus visitantes, mas sim como uma construção social, um monumento à memória e um lugar histórico com muitas outras camadas que não puderam ser cobertas neste texto. Schama (1995, p. 6-7), na introdução à *Paisagem e memória*, nos diz que “antes que possa ser um repouso para os sentidos, a paisagem é o trabalho da mente; a paisagem é construída tanto de estratos de memória quanto de camadas de rocha”; memória, paisagem e arqueologia são as camadas que mais me ajudam a explicar minha pesquisa.

Apresentei nas seções deste artigo dois argumentos que a princípio podem parecer distintos. Primeiro problematizei os trabalhos de arqueologia que são executados no centro histórico da capital paraense, quase todos, senão todos, feitos de forma compulsória e principalmente sem a preocupação com o público, num reforço daquilo que Smith (2004) chama de patrimônio cultural autorizado. Mostrei que grandes transformações na paisagem contemporânea de Belém, que inauguraram novos espaços de cultura e preservação patrimonial, foram erigidos com a chancela de trabalhos arqueológicos, que muitas vezes servem também para validar a ideia da preservação do passado, implicando o afastamento do público. E que mesmo com o passar de décadas, não obstante as muitas discussões sobre a inclusão das pessoas em trabalhos arqueológicos, as pesquisas continuam fazendo o mínimo para construir esta interface. Na escavação do Sítio Sesc Ver-o-Peso, constricto dentro do casarão onde hoje funciona uma das unidades desta instituição, o Projeto de Arqueologia e Educação Patrimonial Sesc Boulevard buscou conciliar as demandas de um trabalho compulsório com a máxima inclusão de público possível, trazendo novas vozes para um trabalho de arqueologia.

Segui por fazer uma discussão sobre a paisagem, tratando-a como uma construção social, por uma perspectiva antropológica e arqueológica. Especificamente sobre a paisagem da capital paraense, usando mapas e plantas, além de outras imagens, busquei mostrar as alterações e algumas percepções que foram sendo construídas sobre a mais antiga capital amazônica e seu centro fundante. A paisagem foi analisada como construção social, em sua historicidade e como patrimônio. Neste ponto percebemos que uma mesma paisagem, se é que isso será algum dia possível, pode ser apropriada pelo Estado, que usa também a arqueologia e outras disciplinas como abalizadoras de seus discursos sobre o patrimônio, se distanciando das pessoas.

O caminho percorrido neste artigo produziu uma condução textual não somente sobre espaços e as percepções sobre eles, mas também sobre temporalidades. Articulando trabalhos arqueológicos feitos no tempo presente com uma espécie de exegese da mudança social da paisagem no Centro Histórico de Belém, procurei demonstrar que, embora a cidade tenha sofrido muitas transformações, há uma permanência sempre reafirmada: as alterações na paisagem de Belém, aquilo que é considerado histórico, bem como a própria concepção de patrimônio não se despartam de operações de poder. Ao não priorizar a participação do público, das mais variadas formas possíveis, incluindo a divulgação científica, os trabalhos de arqueologia que continuam a ser realizados em Belém contribuem para um desconhecimento, apagamento, da paisagem do passado que influencia o presente, afastando a população das ideias de preservação do patrimônio histórico, tão caras à disciplina e tão importantes para o discurso do Estado.

A área urbana de Belém, especialmente o centro histórico tombado e seu arrabalde, é rica em patrimônio cultural e histórico. A compulsoriedade dos projetos arqueológicos e os cronogramas impositivos das obras de restauro e requalificação não são desculpas para a falta de interação e participação da população. É importante que os projetos arqueológicos sejam realizados de maneira a considerar a opinião e a participação da população, tornando o patrimônio cultural mais acessível e valorizado. Em conclusão, para tornar o patrimônio cultural arqueológico mais próximo das pessoas, é necessário que os projetos arqueológicos sejam realizados de maneira participativa, considerando a opinião e o interesse da população. Assim, é possível valorizar e preservar o patrimônio cultural de Belém de maneira acessível e significativa para todos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente às amigas Cristiane Martins, Tay Gama pela leitura da primeira versão deste texto, à Tallyta Araujo e ao Rafael Silva pela ajuda com os mapas. Um muito obrigado à Camille Castelo Branco por sua leitura, revisões e sugestões. Agradeço ainda à Daiana Travasso, minha amiga e orientadora, pelas preciosas revisões. Sou, contudo, o único responsável por este texto e o que ele expressa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO DA SILVA, T. S. *Paisagens do bem morrer: práticas mortuárias e cultura material no cemitério da Soledade (1850-1880)*. 2013. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- ARROYO-KALIN, M. Landscaping, landscape legacies, and landesque capital in Pre-Columbian Amazonia. In: ISENDAHL, C.; STUMP, D. (ed.). *The Oxford Handbook of Historical Ecology and Applied Archaeology*. Oxford (GB): Oxford University Press, 2016. p. 90-109.
- AZEVEDO, J. L. *Estudos de história paraense*. Rio de Janeiro: Typographia de Tavares Cardoso, 1893.
- AZEVEDO, J. L. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Rio de Janeiro: T. Cardoso & Irmão, 1901.
- AZULAI, L. C. D. O. *Percepções sobre cultura material e sítio histórico urbano na cidade de Belém-PA: o caso do museu da UFPA e sua coleção de arqueologia urbana*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- BAENA, A. L. M. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: UFPA, 1969.
- BAENA, A. L. M. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília, DF: Senado Federal, 2004 [1885].
- BARATA, M. *Formação histórica do Pará: obras reunidas*. Belém: UFPA, 1973.
- BELÉM. Lei nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Lei do Patrimônio Histórico. *Coletânea de Legislação Urbanística do Município de Belém*, Belém, 1994.
- BENDER, B.; HAMILTON, S.; TILLEY, C. *Stone worlds: narrative and reflexivity in Landscape Archaeology*. London (GB): Routledge, 2007.
- BEZERRA, M. Signifying heritage in Amazon: a Public Archaeology project at Vila de Joanes, Marajó Island, Brazil. *Chungara: Revista de Antropología Chilena*, v. 44, n. 3, p. 533-542, 2012.
- BEZERRA, M. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, n. 7, p. 107-122, 2013.
- BEZERRA, M. At that edge: Archaeology, heritage education, and human rights in the Brazilian Amazon. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 19, n. 4, p. 822-831, 2015.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 54, de 8 de maio de 2012. Homologa o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, no município de Belém, no estado do Pará. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, seção 1, p. 775, 30 nov. 2020.
- BRUMANN, C.; GFELLER, A. É. Cultural landscapes and the UNESCO World Heritage List: perpetuating European dominance. *International Journal of Heritage Studies*, v. 28, n. 2, p. 147-162, 2021.

- CABRAL, M. P.; SALDANHA, J. D. D. M. Um sítio, múltiplas interpretações; o caso do chamado “Stonehenge do Amapá”. *Arqueologia*, v. 22, n. 1, p. 115-123, 2009.
- CALDARELLI, S. B. Fatores causadores de impacto sobre bens arqueológicos na Amazônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PAN-AMAZÔNICO, 1., 2009, Belém. *Anais [...]*. Belém: UFPA, 2009. p. 36.
- CALDARELLI, S. B. Arqueologia preventiva: uma disciplina na confluência da arqueologia pública e da avaliação ambiental. *Habitus*, v. 13, n. 1, p. 5-29, 2015.
- CALDARELLI, S. B.; NEVES, W. A.; COSTA, F. A. Rescue archaeology in Brazilian Amazon: retrospect and perspectives: Archaeology and society: large scale rescue operations: their possibilities and problems. *ICAHM Report*, n. 1, p. 277-286, 1988.
- CAMPOS COSTA, S. *Porto, água e vida: paisagem, sensorialidades e transformações de uma Zona Portuária Amazônica (Cidade Velha, Belém, Pará)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- CASTANEDA, Q. *Notes on the work of heritage in the age of archaeological reproduction*. Destinatário: ANTHROPOLOGY, O. S. O. E. A. 2006.
- COSTA, D. M. Arqueologia histórica amazônida: entre sínteses e perspectivas. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 154-174, 2017a.
- COSTA, D. M. Historical Archaeology in the Amazon: the Murutucu Sugar Cane Mill Field School project. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 21, n. 3, p. 674-689, 2017b.
- COSTA, D. M. Arqueologia histórica na região Norte do Brasil. In: SYMANSKI, L. C.; SOUZA, M. A. T. D. (ed.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 493-514.
- CRUMLEY, C. L.; MARQUARDT, W. H. Landscape: a unifying concept in regional analysis. In: ALLEN, K. M. *et al.* (ed.). *Interpreting space: GIS and Archaeology*. London: Taylor and Francis, 1990. p. 73-79.
- CULTURAL, C. C. D. P. *Ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural Nacional, IDPHEA*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011.
- DAI, T.; ZHENG, X.; YANG, J. A systematic review of studies at the intersection of urban climate and historical urban landscape. *Environmental Impact Assessment Review*, n. 97, p. 106894, 2022.
- DAVES, L. F.; FACCIO, N. B. Arqueologia da paisagem pelo viés geossistêmico: Sítio Arqueológico Piracanjuba, município de Piraju-SP. *Sociedade & Natureza*, v. 33, n. 0, p. 3-12, 2021.
- DEMJÁN, P. *et al.* Long time-series ecological niche modelling using archaeological settlement data: tracing the origins of present-day landscape. *Applied Geography*, v. 141, p. 102669, 2022.
- FERNANDES, G. C. B. *Janela pra que te quero? usos e desusos da arqueologia urbana na Praça do Carmo em Belém-PA*. Qualificação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- FERNANDES, G. C. B. *“Um buraco no meio da praça”*: múltiplas percepções sobre um sítio arqueológico em contexto urbano amazônico: o caso de Belém, Pará. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- FERNANDES, G. C. B. Cultura material e Arqueologia no contemporâneo: o caso da Capela Pombo em Belém/Pará/Amazônia. *Mosaico: Revista de História*, n. 12, p. 46-67, 2019.

- FERNANDES, G. C. B. *Arqueologia contemporânea e suas possibilidades: o caso da Capela Pombo em Belém-PA*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- FERREIRA, A. R. *Planta geral da cidade de Belém, 1791: ilustração em viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. 1791.
- FERREIRA, L. M. *et al. Multivocalidad y activaciones patrimoniales en Arqueología: perspectivas desde Sudamérica*. Buenos Aires: Fundación de História Natural Félix de Azara, 2014.
- FIGUEIREDO, C. A. R. O espaço urbano na Amazônia como campo de aplicação de forças diversas: a governança municipal e a participação popular no Centro Histórico de Belém. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 9, n. 2, p. 161-181, 2021a.
- FIGUEIREDO, C. A. R. PAC 2 Cidades Históricas e o plano de ação na requalificação da Praça do Carmo em Belém/PA: uma política pública com a participação popular? In: CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO, 1., 2021b, Belém. *Anais [...]*. Belém: Congress-me, 2021b. p. 229.
- FIGUEIREDO, C. A. R. *A ação do PAC 2 Cidades Históricas e a governança municipal na Amazônia: o caso da Praça do Carmo em Belém, PA*. Doutorado (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022a.
- FIGUEIREDO, C. A. R. Arqueologia sensorial na Amazônia brasileira: percepções em um trajeto noturno à praça do Carmo, Centro Histórico de Belém. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 16, n. 1, p. 3-25, 2022b.
- FORTE, M. T. F.; SANJAD, T. A. B. C. Trajetória do pensamento preservacionista em Belém a partir dos tombamentos individuais e em conjunto. *PosFAUUSP*, v. 27, n. 50, p. 1-20, 2020.
- GARCÍA, C. G.; MARTÍNEZ, D. B.; BAPTISTA, B. V. *Patrimonio y multivocalidad: teoría, práctica y experiencias en torno a la construcción del conocimiento en patrimonio*. Montevideo (UY): Ediciones Universitarias, 2015.
- GNECCO, C. *Multivocalidad histórica: hacia una cartografía postcolonial de la Arqueología*. Bogota (CO): Universidad de los Andes, 1999.
- GNECCO, C. Discursos sobre el otro: pasos hacia una Arqueología de la alteridad étnica. *Revista CS*, n. 2, p. 101-129, 2008.
- GNECCO, C. Da arqueologia do passado à arqueologia do futuro: anotações sobre multiculturalismo e multivocidade. *Amazônica*, v. 2, n. 1, p. 92-103, 2010.
- GNECCO, C. Arqueología multicultural: notas intempestivas. *Complutum*, v. 23, n. 2, p. 93-102, 2013.
- GNECCO, C. Heritage in multicultural times. In: WATERTON, E.; WATSON, S. (ed.). *The Palgrave handbook of Contemporary Heritage Research*. London (GB): Palgrave MacMillan, 2015. p. 263-280.
- GNECCO, C. Development and disciplinary complicity: contract Archaeology in South America under the critical gaze. *Annual Review of Anthropology*, v. 47, n. 1, p. 279-293, 2018.
- GNECCO, C. A world full of adjectives: sustainable archaeology and soothing rhetoric. *Antiquity*, v. 93, n. 372, p. 1664-1665, 2019.
- GODINHO, E. D. S. P. *A invenção do centro histórico de Belém/PA*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, Belém, 2019a.

- GODINHO, E. D. S. P. O centro histórico de Belém-PA: uma política da estética? In: SILVA, L. D. J. D.; MIRANDA, C. S. (ed.). *Olhares sensíveis ao Centro Histórico de Belém: vivências e temporalidades*. Belém: NAEA, 2019b.
- GOMES, N. *Arqueologia e cultura material: uma história contada em cacos de vidros e louças da Vila de Santo Antônio (Porto Velho-RO)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- GOMES, N. Pode um paraense dar-se a surpresas sensoriais visitando o Ver-o-Peso? sobre uma incursão não usual ao campo. *Caderno 4 Campos*, v. 1, n. 1, p. 21-24, 2018a.
- GOMES, N. *Projeto de pesquisa arqueológica e educação patrimonial: anexo II do Sesc Boulevard*. Belém: Sesc-PA, 2018b. Projeto de Pesquisa.
- GOMES, N. Archaeological work and public perception the experience of archaeological excavation in the historic city centre of the oldest capital in the Brazilian Amazon. In: ALMANSA-SÁNCHEZ, J.; MUNIZ, T. S. A. (ed.). *M(C)AGA: a photo-essay on Latin American approaches to contemporary archaeology*. Madrid: Asociación para la Investigación y la Difusión de la Arqueología Pública, 2020. p. 148-158.
- GOMES, N. Arqueologia, etnografia e multivocalidades: percepções sobre o patrimônio arqueológico em uma escavação no Centro Histórico de Belém. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 18, n. 1, p. 1-15, 2023.
- GOMES, N.; COSTA, D. F. D.; SÓSTENES, S. *Projeto de pesquisa arqueológica e educação patrimonial: anexo II do Sesc Boulevard*. Belém: Sesc-PA, 2019. Relatório Preliminar.
- GOMES, N.; LOPES, R. C. D. S. Cacareco de índio e artefato arqueológico: conversas entre arqueólogos e a família Souza no Sítio Cedro, Santarém, Pará. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 5, n. 1, p. 20-31, 2012a.
- GOMES, N.; LOPES, R. C. D. S. Os co-trabalhadores do Cedro: uma possibilidade de Arqueologia Pública. In: SCHAAN, D. P. (ed.). *Arqueologia, patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará*. Belém: GKNoronha, 2012b. p. 73-92.
- GOMES, N. et al. *Projeto de pesquisa arqueológica e educação patrimonial: anexo II do Sesc Boulevard*. Belém: Sesc-PA, 2022. Relatório Final de Análise.
- GUAPINDAIA, V.; MARQUES, F. L. T.; MAGALHÃES, M. P. *Resgate arqueológico da Igreja de N. S. do Rosário dos Homens Brancos, em Belém, Pará*. Belém: Fumbel, 1996.
- HERNANDO, A. Arqueología y globalización: el problema de la defilnición del otro en la Postmodernidad. *Complutum*, n. 17, p. 221-234, 2006.
- HERNANDO, A. ¿Por qué la arqueología oculta la importancia de la comunidad? *Trabajos de Prehistoria*, v. 72, n. 1, p. 22-40, 2015.
- HODDER, I. *Reading the past: current approaches to interpretation in Archaeology*. Cambridge (US): Cambridge University Press, 1986.
- HODDER, I. *Interpreting Archaeology: finding meaning in the past*. London (GB): Routledge, 1995.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Termo de embargo, processo IPHAN nº 01492.000345/2021-74. FISCALIZAÇÃO, D. D. P. M. E. Belém: IPHAN: 2 p. 2021.

- IPHAN embarga obra no cemitério da Soledade. *Pará Web News*, Belém, 22 set. 2021a. Disponível em: <https://parawebnews.com/iphan-embarga-obra-no-cemiterio-da-soledade/>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- IPHAN impede obras no Cemitério Soledade. *Belém City*, Belém, 23 set. 2021b. Disponível em: <https://belemcity.com.br/para/23/09/2021/iphan-impede-obras-no-cemiterio-soledade/>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- KELLY, P. *et al.* “Si la arqueología no me sirve para entender lo que pasa en mi país ahora, de verdad no vale la pena”: entrevista a Luis Guillermo Lumbreras. *Boletín de la Sociedad Chilena de Arqueología*, n. 49, p. 37-52, 2019.
- KERN, A. A. *Intervenção arqueológica na Igreja do Rosário dos Homens Brancos, Largo do Carmo, Belém-Pará*: relatório de assessoria em arqueologia histórica. Belém: Fumbel, 1996.
- KING, T. *Indians on vacation*. Toronto (CA): Harper Collins, 2020.
- LEONE, M. P. *et al.* Toward a critical archaeology: and comments and reply. *Current Anthropology*, v. 28, n. 3, p. 283-302, 1987.
- LEONE, M. P. *et al.* The Archaeology of liberty in an American capital: excavations in Annapolis. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 18, n. 1, p. x-x, 2008.
- LOPES, P. R. D. C.; FONSECA JÚNIOR, A. D. F. J.; MENDES, K. L. M. *Pesquisa de avaliação do patrimônio arqueológico no Cemitério da Soledade, Belém/Pará*. Processo IPHAN n. 01492.000345/2021-74. Belém: Secult-PA, 2021. Projeto de Pesquisa.
- LOPES, P. R. D. C.; FONSECA JÚNIOR, A. D. F. J.; MENDES, K. L. M. *Acompanhamento arqueológico, Cemitério da Soledade*. Belém: Secult-PA, 2022a. Relatório Parcial.
- LOPES, P. R. D. C.; FONSECA JÚNIOR, A. D. F. J.; MENDES, K. L. M. *Pesquisa de avaliação do patrimônio arqueológico no Cemitério da Soledade, Belém/Pará*. Belém: Secult-PA, 2022b. Relatório de Educação Patrimonial.
- LOPES, P. R. D. C.; FONSECA JÚNIOR, A. D. F. J.; MENDES, K. L. M. *Pesquisa de avaliação do patrimônio arqueológico no Cemitério da Soledade, Belém/Pará*. Belém: Secult-PA, 2022c. Relatório de Escavação.
- LOPES, P. R. D. C.; FONSECA JÚNIOR, A. D. F. J.; MENDES, K. L. M. *Pesquisa de avaliação do patrimônio arqueológico no Cemitério da Soledade, Belém/Pará*. Belém: Secult-PA, 2022d. Relatório de Prospecção.
- LOPES, R. C. D. S. “Indigiado estúpido”: Arqueologia e significados acerca do muro do Forte do Presépio (Belém, Pará). *Amazônica*, v. 3, n. 2, p. 370-390, 2011.
- LOPES, R. C. D. S. “O melhor sítio da terra”: colégio e igreja dos jesuítas e a paisagem de Belém do Grão-Pará: um estudo de arqueologia da arquitetura. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- LOPES, R. C. D. S.; GOMES, R. N. D. C. De roça a sítio: o saber local e pesquisas arqueológicas. In: CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO, 1.; ENCONTRO DA REGIÃO NORTE DE HISTÓRIA ORAL, 7., 2012, Belém. *Anais [...]*. Belém: Açaí, 2012.
- MARQUES, F. L. T. *Proposta de ampliação de prospecção arqueológica na área do Cais de Belém, Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1999a. Relatório Preliminar.
- MARQUES, F. L. T. *Proposta de ampliação de prospecção arqueológica na área do Cais de Belém, Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1999b. Relatório Inédito.

- MARQUES, F. L. T. *Pesquisa arqueológica na área do Forte do Castelo, em Belém, PA: monitoramento arqueológico*. Belém: MPEG; Secult-PA, 2003.
- MARQUES, F. L. T. Prospecção arqueológica no Palácio Episcopal de Belém. In: ESTADO, S. E. D. C. D. (ed.). *Feliz Lusitânia/Museu de Arte Sacra*. Belém: Secult-PA, 2005. v. 3, p. 1-308.
- MARQUES, F. L. T. Investigação arqueológica na Feliz Lusitânia. In: ESTADO, S. E. D. C. D. (ed.). *Feliz Lusitânia/Forte do Presépio: Casa das Onze Janelas: Casario da Rua Padre Champanhãt*. Belém: Secult-PA, 2006. v. 4, p. 147-187.
- MARQUES, F. L. T. Um sítio indígena sob a Feliz Lusitânia: descobertas recentes em Arqueologia Urbana em Belém do Pará. In: SIMONIAN, L. T. L. (ed.). *Belém do Pará: história, cultura e sociedade*. Belém: Editora UFPA, 2010. v. 1, p. 49-58.
- MEGGERS, B. The Archaeology of the Amazon Basin. *Handbook of South American Indians*, v. 143, n. 3, p. 149-166, 1948.
- MEIRA FILHO, A. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história, 1616-1823*. Belém: M2P Arquitetura e Engenharia, 2015.
- MUNIZ, T. S. A.; GOMES, D. M. C. Identidades materializadas na Amazônia Colonial: a cerâmica dos séculos XVIII e XIX do sítio Aldeia, Santarém, PA. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 11, n. 2, p. 52-76, 2017.
- NEVES, E. G. O lugar dos lugares: escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia central pré-colonial em comparação com a Amazônia contemporânea. *Ciência & Ambiente*, n. 31, p. 79-91, 2005.
- NEVES, E. G. El formativo que nunca terminó: la larga historia de estabilidad en las ocupaciones humanas de la Amazonía central. *Boletín de Arqueología PUCP*, n. 11, p. 117-142, 2007.
- NEVES, E. G. Ecology, ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in the Amazonian floodplain. In: SILVERMANN, H.; ISBELL, W. (ed.). *Handbook of South American Archaeology*. New York (US): Springer, 2008. p. 359-379.
- OKAMURA, K.; MATSUDA, A. *New perspectives in Global Public Archaeology*. New York (US): Springer, 2011.
- OLIVEIRA, B. A. M. *Paisagem, patrimônio e arte: o projeto Rota Urbana pela Arte no Centro Histórico em Belém-PA*. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Patrimônio Cultural) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- OLIVEIRA MARTINS, I. F. *Arqueologia e etnicidade na Amazônia Oriental: o caso do Engenho Murutucu em Belém do Pará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- ONYANGO, D. O.; OPIYO, S. B. Detection of historical landscape changes in Lake Victoria Basin, Kenya, using remote sensing multi-spectral indices. *Watershed Ecology and the Environment*, v. 4, p. 1-11, 2022.
- PLANTA geométrica da cidade de Belém do Gram Pará. Mapa ms, aquarelado, 47 x 68cm em f.51 x 72,45. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1753.
- QUINTERO-ANGEL, M.; COLES, A.; DUQUE-NIVIA, A. A. A historical perspective of landscape appropriation and land use transitions in the Colombian South Pacific. *Ecological Economics*, v. 181, p. 106901, 2021.
- RIBEIRO, B. G. Perspectivas etnológicas para arqueólogos (1957-1988). *BIB*, n. 29, p. 17-77, 1990.

- ROOSEVELT, A. C. The development of prehistoric complex societies: Amazonia: a tropical forest. In: BACUS, E. A.; LECERO, L. J. (ed.). *Complex polities in the ancient tropical world*. Washington, DC (US): American Anthropological Association, 1999. p. 13-33.
- SAN-ANTONIO-GÓMEZ, C.; VELILLA, C.; MANZANO-AGUGLIARO, F. Urban and landscape changes through historical maps: the Real Sitio of Aranjuez (1775–2005), a case study. *Computers, Environment and Urban Systems*, v. 44, p. 47-58, 2014.
- SAUER, C. O. The morphology of landscape (1925). In: LEIGHLY, J. (ed.). *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley (US): University of California Press, 1969. p. 315-350.
- SCHAAN, D. P. Reflexões de uma arqueóloga e mulher na Amazônia. In: DOMÍNGUEZ, L. et al. (ed.). *Desafios da Arqueologia: depoimentos*. Erechim: Habilis, 2009. p. 89-99.
- SCHAAN, D. P. Long-term human induced impacts on Marajó Island landscapes, Amazon Estuary. *Diversity*, v. 2, n. 2, p. 182-206, 2010.
- SCHAMA, S. *Landscape and memory*. New York (US): A.A. Knopf, 1995.
- SEABRA, A. C. D. S. *Projeto arqueológico para as obras de requalificação da Rua João Alfredo, Bairro da Campina, Belém/PA*. Processo IPHAN n. 01492.000147/2019-96. Belém: IPHAN, 2020a. Relatório Parcial.
- SEABRA, A. C. D. S. *Projeto arqueológico para obras de qualificação da Rua João Alfredo, Bairro da Campina, Belém/PA*. Processo IPHAN n. 01492.000147/2019-96. Belém: IPHAN, 2020b. Projeto de Pesquisa.
- SEABRA, A. C. D. S. Projeto de acompanhamento arqueológico e arqueologia pública nas obras de reforma e restauro do Solar da Beira. Processo IPHAN n. 01492.000319/2019-21. Belém: IPHAN, 2020c. Relatório Final.
- SILVA, A. B. C. D. *Programa de acompanhamento arqueológico Belém Porto Futuro: Inside Consultoria Científica Ltda*. Processo IPHAN n. 01492.000016/2018-28 Belém: IPHAN, 2018. Projeto de Acompanhamento Arqueológico.
- SILVA, A. B. C. D. *Programa de acompanhamento arqueológico Belém Porto Futuro: Inside Consultoria Científica Ltda*, Processo IPHAN n. 01492.000016/2018-28. Belém: IPHAN, 2019. Relatório Final de Acompanhamento Arqueológico e Relatório Laboratorial.
- SILVA, R. C. E. *Mudanças cartográficas da área que hoje convencionamos chamar Centro Histórico de Belém: mapa criado para comparar as mudanças cartográficas do Centro Histórico de Belém, a partir de quatro diferentes cartografias: uma de 1640, outra de 1753, uma de 1791 e finalmente o mapa moderno tendo destacado o conjunto tombado dos bairros da Cidade Velha e Campina, assim como seu entorno*. 2023.
- SMITH, L. *Archaeological theory and the politics of cultural heritage*. London (GB): Routledge, 2004.
- SMITH, L. *Uses of heritage*. London (Reino Unido): Routledge, 2006.
- SMITH, L. El “espejo patrimonial”: ¿ilusión narcisista o reflexiones múltiples? *Antipoda: Revista de Antropología y Arqueología*, n. 12, p. 39-63, 2011.
- SMITH, L.; SHACKEL, P. A.; CAMPBELL, G. *Heritage, labour, and the working classes*. London (GB): Routledge, 2011.
- SMITH, L.; WATERTON, E.; WATSON, S. *The cultural moment in tourism*. London (GB): Routledge, 2012.

- SOUZA, A. C. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. *Habitus*, v. 3, n. 1, p. 291-300, 2005.
- SYMANSKI, L. C. P.; GOMES, D. M. C. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, n. 20, p. 53-90, 2012.
- TEEKENING van de Stat en de fort van Grand Para. The Hague: National Archives of the Netherlands: Groot 0.35 – 30.47 El. Manuscript Gefacsimileerd in Grote Atlas van de West-Indische Compagnie deel I p. 175 p. 1584/1865.
- TILLEY, C. *A phenomenology of landscape: places, paths, and monuments*. Oxford (GB): Berghahn, 1994.
- TILLEY, C. Introduction: identity, place, landscape and heritage. *Journal of Material Culture*, v. 11, n. 1-2, p. 7-32, 2006.
- TILLEY, C. Walking the past in the present. In: ARNASON, A. et al. (ed.). *Landscapes beyond land: routes, aesthetics, narratives*. Oxford (GB): Berghahn, 2012. v. 19, p. 15-32.
- TILLEY, C. *Interpreting landscapes: geologies, topographies, identities; explorations in landscape phenomenology*. London (GB): Routledge, 2016. v. 3.
- TILLEY, C. *London's urban landscape*. London (GB): UCL Press, 2019.
- TILLEY, C. *The materiality of stone: explorations in landscape phenomenology*. London (Reino Unido): Routledge, 2020.
- TILLEY, C.; CAMERON-DAUM, K. *An Anthropology of landscape*. London (GB): UCL Press, 2017a.
- TILLEY, C.; CAMERON-DAUM, K. The anthropology of landscape materiality, embodiment, contestation and emotion. In: TILLEY, C.; CAMERON-DAUM, K. *An Anthropology of landscape*. London (GB): UCL Press, 2017b. p. 1-22.
- VAN LANEN, R. J.; VAN BEEK, R.; KOSIAN, M. C. A different view on (world) heritage: the need for multi-perspective data analyses in historical landscape studies: the example of Schokland (NL). *Journal of Cultural Heritage*, n. 53, p. 190-205, 2022.
- WOODCOCK, B. A. et al. Historical, local and landscape factors determine the success of grassland restoration for arthropods. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 308, p. 107-271, 2021.